

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

LIZ MARINA NETA DE FREITAS NUNES

ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS NA GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL

São Leopoldo

2018

LIZ MARINA NETA DE FREITAS NUNES

ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS NA GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL

Trabalho final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestra em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Linha de pesquisa: Ética e Gestão

Orientador: Dusan Schreiber

São Leopoldo

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N972a Nunes, Liz Marina Neta de Freitas

Análise dos princípios éticos na gestão escolar municipal / Liz Marina Neta de Freitas Nunes; orientador Dusan Schreiber. – São Leopoldo : EST/PPG, 2018.

95 p. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2018.

1. Escolas – Organização e administração. 2. Ética. 3. Professores – Formação. I. Schreiber, Dusan, orientador. II. Título.

LIZ MARINA NETA DE FREITAS NUNES

ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS NA GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL

Trabalho final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestra em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Linha de pesquisa: Ética e Gestão

Data de aprovação: 30 de agosto de 2018

Prof. Dr. Dusan Schreiber (Presidente)

Prof. Me. José Caetano Zanella (Faculdades EST)

Prof^a. Dr.^a Vânia Gisele Bessi (Feevale)

Dedico este trabalho aos meus pais, irmãos e amigos, que com incentivo e compreensão não mediram esforços para que eu chegasse a esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me conceder sabedoria nos momentos difíceis, força interior para superar as dificuldades e por iluminar o caminho nas horas incertas;

Ao professor Dusan Schreiber, pela orientação segura e compromissada, imprescindíveis para a conclusão deste estudo;

Aos meus filhos, à minha querida mãe, meus irmão e amigos, pelo apoio e incentivo constante na busca da realização do meu sonho;

À Gestora do Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz, Antônia Rodrigues do Nascimento Barros, por disponibilizar os documentos utilizados na pesquisa, desejo expressar os meus agradecimentos.

“O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele.”

(Immanuel Kant)

RESUMO

Esta dissertação tem como foco de estudo a ética no contexto educacional. A partir disso, investigou-se a realidade do Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz, instituição de ensino pública municipal em atuação no sistema educacional de Teresina, no Estado do Piauí. A investigação centrou-se na importância e contribuição da ética para a prática pedagógica dos docentes, com intuito de comprovar como se vivenciam ou não os princípios éticos na gestão escolar numa perspectiva de organização da instituição. Além disso, observou-se a formação de profissionais com vistas ao exercício de uma prática pedagógica reflexiva e emancipatória. Em consonância com o foco de investigação, buscou-se fundamentação teórica a partir de concepções e comentários de autores entre os quais podem ser citados os nomes de Andrade, Perrenoud, Lück, Brasil e Salerno. Então, passou-se a construir uma base teórica em relação à temática posta em estudo, caracterizando esse primeiro momento da pesquisa como bibliográfica. Num segundo momento, estrutura-se uma base filosófica do estudo, sendo apreciadas as concepções de Aristóteles, Cortella, Amorim, Kohlberg e Immanuel Kant em relação ao conceito de ética e sua aplicação no cotidiano escolar. Utilizando-se dos conhecimentos teóricos adquiridos sobre gestão democrática e participativa, e de uma fundamentação teórica, a investigação chega ao campo prático que se consolida a partir da análise da unidade de ensino supracitada. Nesse contexto, foram realizadas leituras de documentos de suma importância, quais sejam: a Legislação da Educação Nacional Brasileira (Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96), o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Referencial Curricular da Educação Infantil, os Parâmetros Curriculares da Educação Infantil e os documentos da escola, como o Projeto Político Pedagógico e o Relatório de Planejamento, elaborado a partir de observações diretas simples e não estruturadas. A análise documental na unidade de ensino pesquisada possibilitou uma visão mais ampla da aplicabilidade dos princípios éticos no cotidiano da instituição educacional. Nesse aspecto, é pertinente enfatizar que a pesquisa é de caráter documental, uma vez que a análise proposta toma como referencial de apreciação a leitura dos documentos supracitados, o que possibilitou a chegada às considerações finais e assinalar a necessidade da continuidade do estudo em futuros projetos de um doutorado, no quais se possa ampliar a extensão da investigação e, certamente, os instrumentos de análise.

Palavras-Chaves: Ética. Gestão Escolar. Formação docente. Educação.

ABSTRACT

This dissertation focus is ethics in the educational context. Thus, the reality of the Educational Childhood Municipal Center Our Lady of Peace, a public municipal educational institution working in the educational system in Teresina, in the state of Piauí, was investigated. The investigation was centered on the importance and contribution of ethics for the teachers' pedagogic practice with the intent of verifying how the ethical principles are lived out or not lived out in the school management in a perspective of the organization of the institution. Besides this, the training of professionals was observed aiming at a reflexive and emancipatory pedagogical practice. In line with the focus of the investigation, theoretical foundation was sought based on the conceptions and commentaries of authors among which can be cited the names of Andrade, Perrenoud, Lück, Brasil and Salermo. Then, a theoretical base began to be built in relation to the theme presented for study, this first moment of research being thus characterized as bibliographic. In a second moment, a philosophical base of study was structured, where the conceptions of Aristóteles, Cortella, Amorim, Kohlberg and Immanuel Kant are reviewed with regard to the concept of ethics and its application to daily school life. Using the theoretical knowledge acquired about democratic and participative management and having a theoretical foundation, the investigation arrives at the practical field which is consolidated based on the analysis of the teaching entity cited above. In this context, readings of documents of extreme importance were carried out, these being the Legislations of Brazilian National Education (Federal Constitution of 1988 and the Law of Guidelines and Basis of National Education – LDB nº 9394/96), the Child and Adolescent Statute, the Curricular Referencial for Primary Education, the Curricular Parameters of Primary Education and the documents of the school., such as the Political Pedagogical Project and Planning Report, elaborated based on direct simple and non-structured observations. The documental analysis of the teaching entity researched made it possible to have a broader vision of the applicability of the ethical principles in the daily life of the educational institution. In this aspect, it is pertinent to emphasize that the research is of documental character, since the proposed analysis uses as referencial for appreciation the reading of the above mentioned documents which made it possible to arrive at the final considerations and signal the need for the continuity of study in future projects of a doctorate in which one can broaden the extension of the investigation and, certainly, the instruments of analysis.

Key-words: Ethics. SchoolManagement. Teacher Training. Education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estrutura física da CMEI Nossa Senhora da Paz.....	55
Tabela 2 - Indicadores educacionais do Ensino Infantil	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Gestores lotados na CMEI Nossa Senhora da Paz, 2018.....	54
Quadro 2 - Docentes lotados na CMEI Nossa Senhora da Paz, 2018	55
Quadro 3 - Concurso de Música organizado pelo Município de Teresina.....	59
Quadro 4 - Concurso Organizado pelos Correios do Piauí.....	59
Quadro 5 - 37º Concurso Internacional de Redação de Carta dos Correios	59
Quadro 6 - Diretores da Escola	60

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 NORTEAMENTO DAS PRÁTICAS DE GESTÃO EDUCACIONAL: UM BREVE HISTÓRICO	25
2.1 A importância da ética no cotidiano escolar	32
1.2 Aspectos históricos da formação do professor	41
3 ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA PAZ: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL	51
3.1 Contexto socioeducacional: Vila da Paz antes da ocupação	53
3.2 O Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz	56
3.3 A gestão democrática e participativa	61
<i>3.3.1 Projeto Político Pedagógico</i>	<i>61</i>
<i>3.3.2 A influência do planejamento na formação ética do educador</i>	<i>69</i>
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	75
4.1 Ética no Contexto da Escola Pesquisada	77
4.2 Como trabalha a Escola	78
4.3 Pedagogia de Projetos Educativos.....	80
<i>4.3.1 Projetos educacionais X autonomia escolar no Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz</i>	<i>80</i>
<i>4.3.2 Os projetos educativos do Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz</i>	<i>81</i>
5 CONCLUSÃO.....	85
REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

O agir ético tem provocado grandes discussões em diferentes contextos da sociedade brasileira na qual são protagonizadas, em meio a outras ocorrências, as relações socioeducativas entre todos os indivíduos nos diversos grupos sociais. Na escola, são constantes as discussões sobre as ações éticas, debates que envolvem desde os professores a toda a comunidade escolar. Sabe-se, logo, que a ética está relacionada a outros pressupostos, sejam eles a justiça, o respeito, a solidariedade e o diálogo, valores que estão interligados e são necessários para a manutenção do equilíbrio social e o bom relacionamento entre os grupos envolvidos.

Estabelecer condições para que os indivíduos possam agir de acordo com os princípios éticos e possam construir uma sociedade mais igualitária, talvez seja uma utopia para alguns, porém, para muitos, o agir ético é necessário a fim de que se construa uma sociedade mais justa. Essa é, certamente, uma das principais metas do homem moderno. Minimizando as ideias iniciais desta dissertação, fica explícita a relevância do tema na sua conjuntura para formar cidadãos éticos capazes de atuarem licitamente nas questões políticas, sociais e educacionais.

À medida que educação foi seguindo outras direções, observou-se que havia divergência entre a gestão empresarial e a gestão educacional, tais divergências foram percebidas por todos os seguimentos da sociedade. Logo, surgiu a necessidade da adoção de regras próprias para a gestão escolar. Nesse sentido, a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n°. 9394/96) motivaram as primeiras discussões sobre as formas de escolhas para gestores escolares. Além disso, investigou-se a atribuição dos profissionais no contexto educacional e a edificação de princípios éticos e morais que subsidiem a formação moral, social e intelectual do indivíduo.

Compreender a importância da ética no contexto da sociedade é uma questão ampla que, indubitavelmente, requer estudos mais aprofundados. Partindo do que explanado, propõe-se discutir, no contexto da gestão escolar democrática participativa, a aplicabilidade dos princípios éticos na formação do educando na educação infantil no Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz, no município de Teresina, no Estado do Piauí. Nesse sentido, deseja-se destacar a atuação do gestor escolar na contribuição para a prática pedagógica. A partir deste estudo, pretende-se também analisar o incentivo para a formação continuada e a relação entre os princípios éticos e a perspectiva de formação moral, social e intelectual dos educandos.

O diálogo em torno da temática em discussão ressalta a consciência da autora desse estudo em relação ao modo como a atuação do gestor escolar e a ética podem influenciar na prática pedagógica dos docentes e na formação ética do educando na rede municipal de ensino, no Estado do Piauí. Porém, mesmo com a afirmação na Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Referencial Curricular da Educação Infantil (RECNEI), os Parâmetros Curriculares da Educação Infantil e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, observa-se a resistência de alguns professores no que concerne à qualificação. Ainda, nota-se o conjunto família e escola enquanto amparo na formação ética do educando. A partir do que foi exposto, o problema que embasou a problemática para a investigação deste trabalho se evidencia observando a seguinte questão: como a gestão escolar e a ética podem ser um mecanismo para atuar numa perspectiva de organização da instituição bem como priorizar a formação de profissionais para o exercício de uma prática pedagógica reflexiva e emancipatória?

O questionamento formulado possibilita as seguintes interrogativas: A prática da ética vivenciada no cotidiano escolar pode contribuir para a prática pedagógica docente e para a formação do educando como cidadão? A atuação do gestor escolar pode ser considerada como ponto de partida para o desenvolvimento de valores éticos na prática pedagógica? A gestão escolar e os princípios éticos de forma peculiar auxiliam no processo educativo tal como na preservação ou na transformação da cultura? A partir das questões expostas, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar a importância da ética no cotidiano escolar e sua contribuição para a prática pedagógica dos docentes.
- b) Identificar a gestão escolar como ponto de apoio ou de empecilho para o desenvolvimento de valores éticos na prática pedagógica dos docentes.
- c) Reconhecer como a gestão escolar e a ética de forma peculiar auxiliam na formação de homens e mulheres competentes e éticos.

O alcance dos objetivos destacados possibilita o desenvolvimento de uma metodologia científica firmada em constantes leituras documentais e observações. No primeiro capítulo, faz-se o levantamento de concepções e comentários de autores que oferecem suporte à construção de um referencial teórico, caracterizando a pesquisa nesse primeiro momento como bibliográfica com uma abordagem qualitativa. Salienta-se, ainda, a proposta de análise dos princípios da ética com vistas à formação integral do indivíduo, gestão escolar democrática e participação numa dimensão teórica. Assim, é avaliado o modo como esses conceitos se articulam em determinado cotidiano escolar.

Considerando a pesquisa como bibliográfica, pode-se dizer que esta se fundamenta em estudos de teóricos com destaque para nomes como Libâneo, Hora e Valérien, além de documentos da legislação educacional, especificamente a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), entre outros pesquisadores acerca da questão da gestão democrática e participativa. No que condiz à temática filosófica, o estudo toma por base as apreciações de Aristóteles, Santo Agostinho e Kant com uma abordagem em torno da ética e de sua abrangência no campo social.

Fundamentando-se na base teórica exposta no primeiro capítulo, parte-se para o segundo capítulo da pesquisa, que consiste na descrição de documentos da escola, PPP, e observação do planejamento escolar, configurando-se a leitura numa perspectiva de análise da dimensão ética que os mesmos apresentam.

No terceiro capítulo, tem-se a análise dos resultados da pesquisa constituída de uma investigação geral acerca do que fora obtido por meio das leituras formuladas ao material bibliográfico como aos documentos que compõem o contexto geral da gestão democrática e participativa da instituição de ensino pesquisada. No presente capítulo, são destacados resultados das observações diretas simples feitas durante os planejamentos e outros eventos promovidos na unidade de ensino.

Em síntese, a construção dos três capítulos que compreendem este trabalho dissertativo tem como objetivo tornar-se um instrumento para futuras pesquisas e estudos, e não ambiciona, em qualquer momento, a conclusão da temática, o que seria inviável e descaracterizaria o caráter dialético que há no cerne geral do estudo ora exposto.

2 NORTEAMENTO DAS PRÁTICAS DE GESTÃO EDUCACIONAL: UM BREVE HISTÓRICO

Desde o período clássico da Grécia, considerada com berço da pedagogia, tem-se conhecimento de estudos sobre a importância da educação para formação do homem como cidadão. Vê-se, logo, que a preocupação com a educação não é algo recente. Mesmo assim, até então não se falava no gerenciamento ou na administração escolar, mas havia uma preocupação com a formação do homem como ser pensante. De acordo com Andrade¹, a palavra portuguesa gestão, em seu sentido original, vem do termo latino “*gestio*”, que expressa a ação de dirigir, de administrar e de gerir a vida, os destinos, a capacidade das pessoas e as próprias coisas que lhes pertencem ou que elas fazem uso.

A administração não é uma prática recente, é uma necessidade básica presente na vida do homem em sociedade. Sempre houve a necessidade de manter a organização e o equilíbrio entre os membros que compõem determinado grupo social, de modo a buscar os interesses comuns do grupo. A evolução do homem na sociedade surgiu a partir do momento em que ele passou a viver de maneira organizada buscando o bem comum do grupo de maneira democrática.

Então, a partir da década de 1990, começou-se a criar conceitos sobre gestão educacional embasados nas unidades dos processos educacionais e na prática das pessoas envolvidas no desenvolvimento e melhoria da qualidade de ensino. Cabe ressaltar que essa melhoria na qualidade de ensino mantém relação de interdependência com as ações do gestor em seu exercício. O gestor, dessa forma, conscientemente aproveita experiências anteriores a fim de melhorar sua prática e auxiliar na atuação de outros profissionais envolvidos com a educação. Com a prática consciente, torna-se possível estabelecer distinções e semelhanças entre administração e gestão educacional. Essas distinções e semelhanças apontam para uma relação nova e mais ampla entre a instituição educacional e a sociedade a fim de efetivar a construção de projetos educacionais capazes de contribuir para o desenvolvimento e o avanço da educação brasileira.

Muitos foram os fatores que influenciaram nas mudanças ocorridas na educação. A revolução industrial, inclusive, foi um dos adventos que marcaram o início das teorias administrativas, cujas bases orientaram as ações também dentro da gestão educacional.

¹ ANDRADE, 2001.

Durante muito tempo a teoria da administração foi aplicada dentro da gestão escolar. No entanto, era visível que a teoria administrativa impunha uma gerência com características capitalistas marcadas pela exploração de pessoas visando à obtenção de lucro, sem haver uma preocupação com a pessoa humana. Ao passo que a gestão escolar visa emancipar e formar pessoas com uma prática mais voltada à prática social da educação, havendo, portanto, uma preocupação com a formação do homem como um todo.

As mudanças constantes ocorridas no mundo trazem novos desafios para a educação, estabelecendo inovações nas formas de relações sociais e técnicas de trabalho. A globalização e os avanços tecnológicos apresentam novos paradigmas que estabelecem novas maneiras de organização e de gestão de trabalho divergentes dos princípios adotados pelas teorias taylorista/fordista na gestão educacional. Devido a essas mudanças, observa-se que a relação entre as ações intelectuais e instrumentais deixam de existir e cedem espaço para um projeto pedagógico atual capaz de estabelecer novas relações entre trabalho, ciências e cultura. Salienta-se, nesse contexto, que no âmbito da gestão educacional não deve existir busca cega de acúmulo de lucros e bens materiais.

As teorias administrativas deram o embasamento conservador para estruturação das tendências pedagógicas em todas as suas modalidades, esse fato influenciou na construção da pedagogia escolar que por muito tempo centrou-se em concepções positivistas da ciência. Consequentemente, originaram-se propostas curriculares que organizaram de forma linear e fragmentada os conteúdos repassados aos alunos, não havendo, portanto, uma associação entre os assuntos ministrados e a construção do pensamento crítico. Devido a essa percepção, em todo o mundo surgiram correntes que buscavam implantar um novo pensar para gestão educacional.

As técnicas da teoria geral de administração exerceram grande influência na gestão educacional, tanto que para a estruturação da habilitação em administração escolar foram seguidos alguns dos fundamentos da teoria clássica da administração, segundo a qual, de acordo com Fayol, compete ao administrador a função de previsão, organização, comando, coordenação e controle. Observou-se que dentro dessa habilitação existia a necessidade de técnicas de planejamento e organização imprescindíveis para a concretização de determinados objetivos com vistas à organização escolar.² A administração escolar necessita das ações para a organização administrativa e burocrática do espaço escolar a fim de que possa promover o desenvolvimento da pedagogia enquanto área de conhecimento.

² FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral**. 9. ed. São Paulo, Atlas, 1981.

Os elementos estabelecidos por Fayol na administração em geral científica são basicamente os mesmos elementos da administração escolar, apenas substituindo o vocábulo “previsão” por “planejamento”. Porém, não se trata somente de substituir palavras, pois há uma diferença significativa entre nesses elementos que estão presentes na prática de gestão escolar, quais sejam: planejamento, organização, execução e avaliação.

Os princípios e métodos oriundos da teoria geral da administração possuem características que divergem da prática da organização escolar. Dentro do ambiente escolar existe a preocupação com a formação de pessoas, e as ações acontecem de forma coletiva promovendo interação entre os profissionais. A interação logo resulta em processos educativos. Essas características reafirmam a ideia de que a gestão escolar concebe práticas de organização voltadas para um caráter pedagógico, diferentemente das empresas industriais comerciais e de serviço, que se fundamentam em relações interpessoais, prevalecendo o espírito de competição entre os profissionais. É verdade que na teoria geral da administração existe um grande estímulo de competitividade que visa ao aumento de produtividade e ganho de lucros, mas sem o esforço humano coletivo esses objetivos não seriam alcançados, haja vista que a administração não provém de esforços isolados, como ressalta Chiavenato.

A atividade administrativa é uma atividade grupal. As situações simples, nas quais um homem executa e planeja o seu próprio trabalho, lhe são familiares; porém, à medida que essa tarefa se expande até o ponto em que se faz necessário o esforço de numerosas pessoas para levá-la a cabo, a simplicidade desaparece, tornando necessário desenvolver processos especiais para a aplicação do esforço organizado em proveito da tarefa do grupo.³

Evidentemente, as formas de organização taylorista/fordista já não têm mais tanto espaço dentro da organização escolar. A escola é uma unidade humana e social que promove a integração entre as pessoas e o trabalho a ser realizado, utilizando-se de princípios e procedimentos que envolvem a ação de planejar o trabalho da escola. Essa integração visa não só às questões pedagógicas que abarcam esforços coletivos, mas também a racionalização dos recursos (materiais, financeiros, intelectuais) tendo em vista o alcance dos objetivos estabelecidos. Vale ressaltar que, para Chiavenato, a organização tem dois significados.

As organizações são unidades sociais (e, portanto, constituídas de pessoas que trabalham juntas) que existem para alcançar determinados objetivos. Os objetivos podem ser o lucro, as transações comerciais, o ensino, a prestação de serviços

³ CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração**. São Paulo: McGraw-Hill, 1979. v. 2, p. 179.

públicos, a caridade, o lazer etc. Nossas vidas estão intimamente ligados às organizações, por que tudo fazemos é feito dentro de organizações.⁴

Sendo assim, é impossível negar a contribuição da administração para gestão educacional, visto que em muitos momentos a gestão se assemelha à teoria da administração, porém, bem mais formativa e devidamente contextualizada. Nessa perspectiva, os horizontes são ampliados nos processos educacionais, levando à reflexão sobre as questões relacionadas ao posicionamento e à qualidade das ações dos profissionais que atuam nas diversas esferas dos sistemas de ensino. Porém, alguns profissionais da educação ainda demonstram resistência quando questionados quanto à associação entre a qualidade do ensino oferecido e o elevado índice de repetência, evasão, distorção idade-série e baixo índice de aprendizagem dos alunos. A resistência também é observada quanto é notada a falta de uma gestão educacional capaz de dinamizar e promover um ensino de qualidade.

O conceito de gestão resulta de um novo entendimento a respeito da condução dos destinos das organizações, que leva em consideração o todo relacionado às suas partes e destas entre si, de modo a promover maior efetividade do conjunto.⁵ A gestão aparece, pois, como superação das limitações do conceito de administração, como resultado de uma mudança de paradigma, isto é, de visão de mundo e óptica com que se recebe e reage em relação à realidade.⁶

A Gestão educacional tem a responsabilidade de oferecer todas as coordenadas para administrar o sistema de ensino até a coordenação das escolas, tendo como base para essa dinâmica as diretrizes, políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas. Dessa maneira, a instituição poderá oferecer aos educandos e educadores um ambiente educacional democrático e autônomo capaz de promover resultados significativos e de conduzir as ações dos dirigentes educacionais, de maneira a envolver questões físicas, materiais, financeiras e humanas de forma consciente e participativa.⁷

Segundo Luck, cabe, portanto, aos gestores educacionais e escolares a compreensão de tais perspectivas e respectivos processos, de modo a culminar o desenvolvimento da competência para a liderança com a unidade de ação sobre a qual se tem responsabilidade.⁸

⁴ CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à organização e controle**. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

⁵ MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1985.

⁶ KUHN, Thomas. **A escola das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

⁷ CAPRA, Fritjof. **Sabedoria incomum**. São Paulo: Cultrix, 1993.

⁸ LUCK, Heloísa. **Gestão Educacional: uma questão de paradigmática**, 8. ed. Petropolis: Vozes, 2011. Serie Caderno de Gestão.

A gestão educacional envolve desde os órgãos superiores de ensino até a parte das escolas, ou seja, abrange os dois âmbitos de ação indispensáveis para a construção de uma consciência entre a gestão, o sistema de ensino e o que se espera no âmbito escolar. Essa relação tão próxima garante a transformação da identidade das escolas e dos sistemas de ensino. Em contrapartida, para que essa transformação ocorra, são necessárias orientações teóricas e metodológicas conscientes e avançadas capazes de ampliar o sistema de ensino e atender às necessidades e interesses da sociedade.

A gestão escolar visa promover a emancipação das pessoas. Para efetiva-la, é necessário que a escola ofereça oportunidades para que as pessoas sejam capazes de construir a liberdade e a responsabilidade que lhes compete. Sabe-se que a escola tem como função principal garantir a emancipação das pessoas, ou seja, a instituição tem um caráter humanista fundamental para o desenvolvimento social e histórico de todo ser humano. Muitos ainda associam a expressão “administração” a algo conservador e tradicional, o que a torna distante da gestão escolar, que está associada a uma postura mais dinâmica, democrática e participativa.

A promoção de uma gestão educacional democrática e participativa está relacionada à tomada de decisão dos vários níveis e segmentos de autoridade do sistema de ensino que visam ao direcionamento do trabalho em conjunto. Esse trabalho tem como objetivo o fortalecimento e a efetividade de ações organizatórias educacionais, a fim de promover o ensino de qualidade essencial para a formação do aluno. Assim, existe a necessidade de haver equilíbrio entre a autonomia e a participação do gestor dentro da instituição. Porém, é necessário que se entenda o papel do gestor não como um ser soberano, mas como orientador no processo de organização, liderança e coordenação da instituição educacional. Dessa maneira, o gestor é fundamental para a ocorrência do planejamento e da aplicabilidade de ideias dentro do sistema educacional.

A prática administrativa e educacional no Brasil durante o período colonial e na Primeira República recebeu influência do manual da Companhia de Jesus, que em sua estrutura prezava por uma postura hierarquizada, fazendo uso do castigo como meio de manter a disciplina e a ordem. Mesmo após a saída dos Jesuítas do Brasil, por volta do século XVIII, o sistema público de ensino passou por algumas mudanças, porém, os princípios deixados pelos jesuítas continuavam a fundamentar o sistema de ensino. Assim, Cartolano afirma que:

O ensino orientou-se ainda para os mesmos objetivos religiosos e livrescos dos jesuítas; realizou-se através dos mesmos métodos pedagógicos, com apelo à

autoridade e à disciplina estreitas, tendendo a impedir a criação individual, a originalidade. Quanto ao ensino de filosofia, continuou também no mesmo estilo livresco e escolástico.⁹

Por oferecer uma visão ampliada sobre a necessidade de se fazer reformas políticas e sociais, a filosofia positivista influenciou os movimentos culturais e políticos da época. Tais pensamentos vindos da Europa tomaram maior força de ação com a revolução de 1930, que marcou o início da Segunda República no Brasil e possibilitou os primeiros passos para organização e administração escolar. Naquele momento, a educação começou a tomar um formato diferenciado dos anos anteriores, pois recebeu influência do movimento escolanovista que reivindicava mudanças na organização social no Brasil e, principalmente, uma escola pública para todos. Silva, desta maneira, expressava esse momento histórico:

No Brasil, os ideais republicanos nasceram inspirados nas ideias positivistas de educação, marcadas pela crença sistemática nas políticas educacionais como mola propulsora para o progresso. A educação estava sempre presente nos discursos políticos, sendo sempre apontada como a chave para atingir o pleno desenvolvimento. A rigor, desde 1870, a liberdade, a laicização, a expansão do ensino e a educação para todos eram bandeiras levantadas pela burguesia nascente no Brasil.¹⁰

Em 1932, foi escrito o Manifesto dos Pioneiros, e durante o governo de Getúlio Vargas, a elite intelectual da época, mesmo com posições ideológicas diferentes, buscava um projeto de renovação educacional, um plano geral de educação, uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Esse escrito não agradou a igreja, pois além de possuir muitas terras, também mantinha o controle de muitas escolas privadas. Dentre os intelectuais envolvidos no manifesto estão Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho e outros que buscavam modificar a sociedade brasileira, principalmente as questões que envolviam a organização educacional.¹¹

Com o golpe de 1937 e a instalação do Estado Novo, muitas reformas na educação foram implantadas ao longo dos anos, apesar das mudanças na forma de governo, que oscilavam entre período de ditadura e período de democratização. Foi nesse período, entre 1930 e 1940, que surgiram as primeiras diretrizes institucionais voltadas para a educação, ou seja, o Plano Nacional da Educação. No entanto, essas diretrizes elaboradas não chegaram a ser um plano ou lei de diretrizes bases na perspectiva da atualidade, mas o Código da

⁹ CARTOLANO, Maria. **Filosofia no ensino de 2º grau**. São Paulo: Cortez, 1985.

¹⁰ SILVA, João Carlos da. **História da Educação**: o tema da escola pública no manifesto dos pioneiros da educação nova. Artigo apresentado no VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil. 30 de junho a 03 de julho de 2009, UNICAMP, Campinas, 2009.

¹¹ AZEVEDO, Fernando [et al.]. **A reconstrução educacional no Brasil**. Educação, Directoria Geral do Ensino de São Paulo, vol. VI, n. 1-3, jan./mar., 1932.

Educação Nacional orientava como deveriam ser organizados os cursos, currículos, exames e toda a rotina da gestão escolar.

A constituição de 1946 delibera à União o papel de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. A partir desse momento em diante, surgiram várias mudanças no sistema educacional no Brasil, mas em 1961 ficou conhecida a primeira lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024. Foi a partir dessa Lei que se observaram diversas mudanças no sistema educacional no Brasil e vários planos criados com o objetivo de melhorar a educação. Nesse contexto, só no início do século XXI, com os diversos ajustes entre a Constituição, a LDB e o ajuste no Plano Nacional da Educação, que se ressaltou uma real consolidação das políticas públicas nacionais para a educação, que até então apresentavam muita fragilidade junto às políticas educacionais.¹²

É evidente que ocorreram várias alterações sociais e que a maioria delas nunca foi colocada em prática. Nesse contexto, as mudanças de paradigmas influenciam na autonomia pedagógica e na práxis dinâmica de uma nova concepção da realidade da gestão educacional que ocorre em determinada unidade de trabalho. Isso acontece quando as mudanças estão associadas a outras ideias globalizantes e desenvolvidas em conjunto com a dimensão política e social a fim de promover uma ação organizadora e orientadora das ações, evitando o imprevisto das atividades dentro da instituição, como aponta Luck:

É importante notar que a ideia de gestão educacional, correspondendo a uma mudança de paradigma, desenvolve-se associada a outras ideias globalizantes e dinâmicas em educação, como, por exemplo, o destaque à sua dimensão política e social, ação para a transformação, participação, práxis, cidadania, autonomia, pedagogia interdisciplinar, avaliação qualitativa, organização do ensino em ciclos etc., de influência sobre todas as ações e aspectos da educação, inclusive as questões operativas, que ganham novas conotações a partir delas.¹³

A gestão educacional é fundamental para a transformação no interior do sistema de ensino, e a descentralização do poder conferido ao gestor é imprescindível para o desenvolvimento da ação de educar com qualidade. É, portanto, tarefa do gestor o desenvolvimento de competências que possibilitem a realizações projetos com vistas à integração entre a gestão, educadores, educando, pais e toda comunidade escolar.

¹² COSTA, Messias. **A educação nas constituições do Brasil**: dados e direções. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

¹³ LUCK, 2011, p. 49-50.

Aos gestores educacionais e escolares compete, portanto, compreender tais perspectivas e respectivos processos, de modo a desenvolverem competências para liderarem junto à unidade de ação sobre a qual têm responsabilidade.¹⁴

Dentro da escola os gestores têm a autonomia para elaborar a proposta pedagógica e gerir todos os segmentos administrativos, ao tempo em que lhe compete a gestão dos recursos financeiros públicos que devem ser aplicados de modo a melhorar a qualidade de ensino. Assim, entende-se:

[...] administrar os recursos de uma escola é fazer escolhas, ou seja, é tomar decisões coletivamente. Na ausência de projeto comum, uma coletividade utiliza os recursos que tem, esforçando-se, sobretudo, para preservar uma certa equidade na repartição dos recursos. Por essa razão, se não for posta a serviço de um projeto que proponha prioridade, a administração descentralizada dos recursos pode, sem benefício visível, criar tensões difíceis de vivenciar, com sentimento de arbitrariedade ou injustiça pouco propício à cooperação.¹⁵

A gestão escolar deve ser democrática, participativa e incentivadora quanto à participação de toda a comunidade escolar com o objetivo de promover a aplicabilidade de um ensino de qualidade com transparência e compromisso. Segundo Cardoso, houve muitas decisões inovadoras assegurando maior responsabilidade para as comunidades, como no caso da distribuição direta de dinheiro para diretores das escolas utilizarem segundo suas necessidades.¹⁶

Segundo Daves & Grosbaum, o papel do gestor é indispensável na vida de uma equipe. São muitos os desafios que fazem parte do cotidiano da gestão escolar e a responsabilidade de aferir atribuições é algo que requer do gestor uma visão geral da situação do ambiente escolar. Compreende-se, então, a necessidade da habilidade e da competência para implantar o projeto político pedagógico e fazer com que toda a equipe execute as propostas existentes no PPP.¹⁷

2.1 A importância da ética no cotidiano escolar

A problemática da ética no cotidiano escolar vem sendo alvo de estudo de muitos pesquisadores, dentre outras razões, em virtude de inúmeros atos indisciplinados ocorridos

¹⁴ LUCK, 2011, p. 111.

¹⁵ BUSS, Rosinete Bloemer Picklers. **Gestão Escolar**. Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSElvi) Indaial: Ed ASSElvi, 2008.

¹⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **A Arte da Política – A História que Vivi**. Civilização Brasileira, 2006.

¹⁷ DAVES, C.; GROSBaum, M. W. Sucesso de todos, compromisso da escola. In: VIEIRA, S. L. (Org.). **Gestão da escola: Desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

constantemente no ambiente escolar. Educadores em sua prática pedagógica são desafiados a conviverem diariamente com a indisciplina no contexto escolar, tal situação torna-se uma prática constante dentro das escolas, sendo um dos entraves para a evolução do processo de ensino aprendizagem. A discussão dessa temática é algo muito abrangente e requer uma reflexão ampla e o comprometimento de todos para o desenvolvimento de ações que possibilitem minimizar ou sanar o problema.

A palavra ética tem origem do latim grego *ethos*, que quer dizer o modo de ser, o caráter. No entanto, para os romanos, durante a tradução de *ethos* (mos-moris) do vocabulário grego para o latim atribuiu-se a à palavra o significado de costume, que mais tarde deu origem à palavra moral. Para Ferreira, ética é “o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana susceptível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente à determinada sociedade, seja de modo absoluto”.¹⁸

De acordo com Freire, não há como se pensar a educação desvinculada de uma discussão ética. Ele destaca que os professores têm (ou deveriam ter) de refletir sobre “nossa responsabilidade ética no exercício de nossa tarefa docente”. O autor afirma que a ética é inseparável da prática educativa e que esta deve ser presente em qualquer faixa etária.¹⁹

Porém, sabe-se que qualquer conduta que fuja das regras estabelecidas por um grupo é considerada ação indisciplinar. A vida em sociedade necessita de regras preestabelecidas que possam nortear as relações sociais de modo a promover uma convivência harmoniosa entre os grupos envolvidos. O ambiente escolar necessita do estabelecimento de regras como parâmetros que facilitem a convivência entre grupos, regras essas que não devem configurar como forma de coação ou repreensão, mas como estratégia para o bom convívio social. Nessa perspectiva, Cortella define ética como o conjunto de princípios e valores da nossa conduta na vida junta. Sendo assim, pode-se afirmar que a ética estabelece relação entre a capacidade de agir, julgar e avaliar a conduta do indivíduo perante determinada situação.²⁰

A ética na escola é responsável pela condução de um indivíduo crítico, consciente de seus atos e capaz de resolver conflitos por meio do diálogo. Todavia, cabe aos professores o papel de proporcionar essa construção para que o sujeito seja capaz de reconhecer sua função social no mundo através de atitudes positivas que patrocinem o bem comum, a cooperação e o repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.

¹⁸ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1993. p. 471.

¹⁹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: UNESP, 2004.

²⁰ CORTELLA, Mario Sergio. **Qual é a tua obra?:** inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 106.

A escola, em seu cotidiano, ao colocar-se como instituição responsável em formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, deve oferecer conteúdos que façam referência ao momento histórico, que possibilite ao aluno o estabelecimento da relação entre o que foi aprendido na escola e a aplicabilidade na sua vida em sociedade, sendo, portanto, capaz de reconhecer seus direitos e deveres.

A escola como instituição é composta de valores e, por estar vinculada a atividades humanas e à especificidade organizacional, diverge da prática realizada em instituições voltadas para atividades de produção de bens e consumo. No *Dicionário Houaiss*, o conceito de instituição e organização se nivelam, pois apontam para uma mesma definição. Ao pesquisar no dicionário o conceito de indústria, vê-se uma das seguintes definições: instituição é uma estrutura material e humana que serve à realização de ações de interesse social ou coletivo; organização, estabelecimento.²¹

A escola como instituição organizativa deve ser administrável, pois possui metas e objetivos com fins educacionais a serem alcançados. Sabe-se que os objetivos e metas estabelecidas na escola não são definidos apenas por um gestor, mas por todos que estão envolvidos no processo de formação humana.

Dentro do ambiente escolar existe diversidade cultural, étnica, religiosa, sexual e social. Sendo assim, a escola, em seu projeto político pedagógico, deve ter como um dos objetivos abordar a ética a fim de despertar, por meio da convivência, o senso crítico, o respeito às diferenças e a autonomia. Logo, é papel do professor buscar meios que possibilitem ao aluno se reconhecer como cidadão capaz de exercer sua cidadania perante a sociedade e contribuir para mudanças sociais e políticas.

A escola precisa ser emancipatória, capaz de levar o educando a construir uma visão crítica do saber. Segundo a LDB, a escola constitui-se em um espaço social capaz de criar oportunidades para a formação de cidadãos politizados, conhecedores de seus direitos e deveres, seja no âmbito social, político ou civil. Portanto, permite a ampliação e a consolidação da cidadania daqueles que a vivenciam. Canivez afirma que a escola, de fato, institui a cidadania. É na escola que as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família e passam a integrar-se numa comunidade em que os indivíduos estão reunidos de forma mais ampla. E, mesmo sem laços sanguíneos ou afetivos, os indivíduos precisam aprender a viver

²¹ HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2006.

com pessoas que até então não fazem parte do seu convívio. A partir dessa convivência há mais autonomia para a realização de suas ações.²²

Conforme exposto em momentos anteriores, a ética deve estar presente em todas as faixas etárias. As Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCMsEI) falam sobre três princípios: éticos, estéticos e políticos. Sobre os princípios éticos, comenta-se: “Princípios éticos: valorização da autonomia, da responsabilidade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.”²³ Compreende-se, a partir disso, que é tarefa do professor a formação integral do educando, é necessário que o profissional entenda que o educando precisa aprender além dos conteúdos didáticos, ele precisa ser preparado para se integrar na sociedade de maneira ativa e participativa.

Davis ressalta que o professor deve reconhecer que, desde muito pequenos, os alunos seguem algumas regras, explorando umas e inventando e reinventando outras, construindo com isso noções de certo e errado. Sendo assim, entende-se que o professor é uma espécie de espelho para o educando, sua forma de agir precisa ser pensada minuciosamente para que sua conduta sirva de modelo para o educando. Essa integração entre educador e educando estabelece correlação entre a formação ética e a aquisição dos saberes que devem ser adquiridos por meio de uma educação de qualidade pautada na aprendizagem significativa e no crescimento do educando.²⁴

Na relação professor-aluno, é importante considerar que o ato pedagógico possui três dimensões complementares entre si: axiológica, epistemológica e ética. Sousa explicita os seguintes contextos que configuram essas dimensões:

Refletir sobre a dimensão axiológica do pedagógico implica considerar que o ser humano deve ter sua expressão assegurada integralmente, visto que a educação deve assumir a tarefa de propiciar o seu desenvolvimento de forma gradativa [...] devemos evitar abrir mão dessa integralidade dos valores educacionais, sob pena de fragmentarmos a ação pedagógica.

No que se refere à dimensão epistemológica [...] o professor deve evitar cair tanto em dogmatismo quanto em relativismos pouco fundamentados e acríticos que possam vir a banalizar a discussão dos conteúdos, bem como o seu próprio processo formativo como profissional da educação.

Quanto à terceira dimensão – ética – [...] sempre que alguém reconhece um conhecimento ético relacionado com os valores morais [...] estabelece-se entre esse

²² CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** São Paulo: Papyrus, 1991.

²³ OLIVEIRA, Zilma M. R. **O currículo na educação infantil:** o que propõem as novas Diretrizes Nacionais? Belo Horizonte, 2010.

²⁴ DAVIS, C. **Psicologia da Educação.** 2. ed. ver. São Paulo: Cortez, 1994.

saber e o sujeito uma relação que é instalada não a partir de uma votação democrática, mas de um compromisso de natureza pessoal.²⁵

Segundo os PCN's, a escola é responsável pela formação de cidadãos politizados, conhecedores de seus direitos e deveres, seja no âmbito social, político ou civil. Sabe-se que o contexto acadêmico abrange um espaço no qual também se discutem questões éticas, e que o cotidiano escolar favorece tal prática ao estabelecer regras de acordo com o PPP. A instituição escolar forma cidadã opolíticos, ainda, quando solicita que os educandos colaborem com a escola a partir das regras norteadoras das ações em sociedade.

A educação oferecida na escola deve ser um processo de desenvolvimento da pessoa que se aperfeiçoa na interação social, evoluindo de acordo com a cultura do meio; modificando-a, criando-a e superando-a pelo processo de aprendizagem com o trabalho; com o lazer, com a leitura, através do ensino da família e na escola, nas conversas com os parceiros, pela observação e pela investigação.

Nessa perspectiva, afirma-se que a educação é uma forma de intervenção do mundo. É por meio dela que o homem amplia suas relações buscando referência para construção de valores responsáveis pela prática social. Nessa lógica, ela “[...] é um dos principais meios de realização de mudança social ou pelo menos um dos recursos de adaptações das pessoas, em um mundo em mudança [...]”.²⁶

A educação tem a função de promover a emancipação do aluno por meio de uma prática educacional democrática de maneira a prepara-lo para o exercício da cidadania. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96 – trata a questão nos seguintes termos:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.²⁷

Para Chauí, o campo de valores e obrigações morais parte da consciência do agente moral, ou seja, é sujeito ético ou moral somente aquele que sabe o que faz, conhece as causas e os fins de sua ação, o significado de suas intenções e de suas atitudes e a essência dos

²⁵ SOUSA, José Vieira de. **Os sujeitos sociais, éticos e políticos e suas relações sociais**. Curso de Pós-Graduação/Especialização Fundamentos Educacionais para a Formação de Recursos Humanos da Polícia Federal, Brasília - DF: FE/UnB, 1999. v. 4, p. 45-76.

²⁶ BRANDÃO, Helena H. Nagamine; MICHELETTI, Guaraciaba. Teoria e prática da leitura. In: **Coletânea de textos didáticos**. Componente curricular Leitura e elaboração de textos. Curso de Pedagogia em Serviço. Campina Grande: UEPB, 2002. p. 23.

²⁷ BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 15 jul. 2018.

valores morais. Sendo assim, compete à escola oferecer uma educação formal e que, por meio da prática pedagógica vivenciada no cotidiano escolar, a instituição seja capaz de desenvolver no educando a capacidade de viver de maneira individual e coletiva para que o mesmo possa pensar e repensar suas ações e construir seus próprios julgamentos.²⁸

Para que a criança desenvolva condutas éticas, ela precisa ter modelos a seguir, geralmente encontrados junto às pessoas com as quais convive. Sócrates defende que nosso sentimento, nossa conduta, nossas ações e nossos comportamentos são modulados pelas condições que vivemos (família, classe e grupo social, escola etc.). Essa ideia permite a reafirmação de que a criança busca em seus professores, e no ambiente escolar, elementos que poderão ser acrescentados em seu processo de formação. Por isso é importante que a escola, através do professor, trabalhe a ética em sala de aula com objetivo de garantir o respeito às diferenças e o combate ao preconceito e à discriminação, seja racial, social, religiosa, moral, intelectual, entre outras.

Segundo La Taille, a criança segue o modelo ético das pessoas com as quais convive, percebendo contradições de fala e atitudes.²⁹ De acordo com Piaget, a criança passa por diversos estágios de desenvolvimento, cujos acontecimentos interligam-se ao amadurecimento cognitivo, afetivo e social de cada ser. É por volta dos 9 anos de idade que a criança começará a ter autonomia e passará a usar critérios racionais, preferindo fontes prestigiosas como pais e irmãos para decidir o que é certo ou errado.³⁰

A relação entre escola e sociedade é algo muito próximo, pois a escola está atrelada às mudanças sociais, culturais e aos valores éticos que fundamentam a prática do indivíduo seja em grupo ou individualmente. A escola também pode ser definida como uma instituição comprometida com a transmissão de cultura e, historicamente, ela vem sendo considerada como um agente multiplicador capaz de promover mudanças sociais, como também de sofrer influência do que ocorre na sociedade global.

Com base no que foi ressaltado acima, é evidente que à medida que a escola busca preservar e transformar a estrutura social, ela também promove aquisição de novos saberes que poderão influenciar e modificar a organização de uma sociedade. Numa visão holística, isso ocorre devido à escola ter uma relação dialética com a sociedade, resultando numa

²⁸ CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2002.

²⁹ LA TAILLE, Y. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

³⁰ PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Trad. Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sergio Lima Silva. 21. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

análise crítica do papel da escola como agente modificador da sociedade capaz de induzir o educando a uma formação mais consciente, crítico e responsável por seus atos.

O saber desenvolvido na escola contemporânea evoluiu para além da transmissão do conhecimento sistematizado. Então, percebe-se que atualmente há uma preocupação com a formação ética do indivíduo como meio de formar um cidadão capaz de definir a si mesmo diante da sociedade na qual está inserido. Tal mudança ocorrida na escola permitiu a construção da consciência crítica que provocara ações transformadoras “uma perspectiva mais complexa da formação do cidadão nas diversas instancias em que a cidadania materializa: democrática, social, solidária, igualitária, intercultural, ambiental.”³¹

O cotidiano escolar se revela como uma das múltiplas formas de conduzir o indivíduo a uma prática social voltada para a coletividade, sendo, portanto, a escola um dos agentes condutores das transformações ocorridas na sociedade. Somando-se a isso, a instituição escolar estabelece uma integração entre a educação e cidadania, dimensões responsáveis pelo desenvolvimento da autonomia e da capacidade de resolver situações diversas de forma reflexiva e crítica. Sendo assim pode-se afirmar que a escola tem participação imprescindível na construção e formação da ética:

Mesmo com limitações, a escola participa da formação moral de seus alunos. Valores e regras são transmitidos pelos professores, Pelos livros didáticos, pela organização institucional, pelas formas de avaliação, pelo comportamento dos próprios alunos, e assim por diante. [...] Isso significa que essas questões devem ser objeto de reflexão da escola como um todo, ao invés de cada professor tomar isoladamente suas decisões. Daí a proposta de que se inclua o tema ética nas preocupações oficiais da educação.³²

Vale ressaltar que a formação ética oferecida na escola influencia diretamente no processo formativo dos indivíduos, levando-os a se perceber como membro do grupo social, sendo capaz de dirigir suas ações no plano individual e social. Então, a ética não é compreendida de forma isolada, ela está presente nos componentes curriculares e na conduta dos docentes que exercem controle direto na formação do indivíduo.

Nessa perspectiva, a ética na educação possui um olhar mais humanista por objetivar a construção de princípios e valores que proporcionarão ao educando formação integral, ou seja, no afetivo, no biológico, cognitivo, no psicomotor e social. O aluno necessita dessa formação para que possa ter atitudes benéficas não só para ele, mas para o grupo em geral.

³¹ LIMA, Emília Freitas. O curso de pedagogia e a nova LDB: vicissitudes e perspectivas. In: MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti; REALI, Aline Maria de M. Rodrigues. **Formação de Professores, Práticas Pedagógicas e Escola**. São Carlos: UFSCar, 2002.

³² RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e competência**. 20. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002. p. 70. (Col. Questões da nossa época).

Boff aponta que “Ético significa, portanto, tudo aquilo que ajuda a tornar melhor o ambiente para que seja uma moradia saudável: materialmente sustentável psicologicamente integrada e espiritualmente fecundada.”³³

Numa visão holística, entende-se que a escola e os educadores são fundamentais para a formação do educando como cidadão ativo e consciente de suas ações, atuantes como agentes transformadores da sociedade. Sobre o assunto, Cortella diz que “A ética é uma plantinha frágil que deve ser regada diariamente.”³⁴ Tal atitude revela que a ética deve ser vivenciada todos os dias no cotidiano escolar, sendo efetivada nas ações dos gestores, dos educadores e de todos os colaboradores da escola. Não existe formação pela metade, todos devem estar envolvidos ativamente no processo de formação do educando. Tais aprendizados devem ser estendidos além os muros da escola, pois não há aprendizado se o mesmo não pode ser colocado em prática.

Por ser considerada a base para a vida social da criança, a família constitui-se como espaço de vivência e de aprendizagem. É na infância que tem início a construção de valores e regras que lhes possibilitarão a vida em sociedade. Quando privada dessa construção, a criança chega à escola desprovida de valores e regras que deveriam orientar sua conduta.

Para Piaget,

[...] antes dos 3-4 anos ou 6-7 anos, conforme o país, não é a escola, e sim a família que desempenha o papel de educadora. Poderão talvez alegar então que, mesmo admitindo esse papel construtivo das interações sociais iniciais, o direito à educação diz respeito, antes de mais nada, à criança já formada pelo meio familiar e apta a receber um ensino escolar [...]. Entretanto, dissociando-se dessa forma o processo educativo em dois períodos ou segundo duas esferas de influência, das quais a primeira seria formadora, limitando-se a segunda à transmissão de conhecimentos particulares, torna-se a empobrecer o significado do direito à educação. Não somente se restringe o alcance construtivo desse último, mas também se separa a escola da vida [...].³⁵

A escola não deve trazer para si, de modo isolado, a responsabilidade de educar e construir valores. É necessário que haja uma parceria entre escola e família com vistas ao estabelecimento de uma relação de confiança, o que possibilitará a adaptação da criança em outros ambientes de aprendizagem além da família. Segundo Zabalza, “[...] a escola não pode fazer milagres, mas tampouco deve renunciar ao cumprimento de sua função formadora, seja qual for o meio social e cultural no qual se move.”³⁶

³³ BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Petrópolis: Vozes, 1997.

³⁴ CORTELLA, 2010.

³⁵ PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1994.

³⁶ ZABALZA, M. Como educar em valores na escola. **Revista Pátio**, Porto Alegre, ano 4, n. 13, jan./jul. 2000.

A ética deve ser vivenciada por todos dentro da escola, é necessário que haja participação conjunta nesse processo de formação e construção do agir ético. Somente dessa forma o educando, em processo de formação, será capaz de identificar na conduta dos seus formadores a importância do agir ético e de sua contribuição para construção de uma vida democrática, pautada em princípios éticos e dinâmicos.

É dever da escola oferecer uma educação que estimule a autonomia dos alunos, que os possibilite a construir valores éticos que favoreçam à projeção de uma sociedade diferente dessa atual e que esteja voltada para o respeito a si e ao próximo, aos bens materiais e imateriais e à tolerância das diversidade culturais. Sobre essa discussão, enfatiza Gadotti:

[...] educar para um outro mundo possível é fazer da educação, tanto formal quanto não-formal, um espaço de formação crítica, e não apenas de formação de mão de obra para o mercado; é inventar novos espaços de formação alternativos ao sistema formal de educação; é educar para mudar radicalmente nossa maneira de reproduzir nossa existência no planeta. Não se pode mudar o mundo sem mudar as pessoas, já que estes são processos interligados.³⁷

Compreende-se que a escola é uma instituição social e que a ela foi atribuída a obrigação de trabalhar a sistematização, transmissão e (re)construção dos saberes historicamente produzidos, a fim de promover a formação ética do indivíduo. Dessa forma, o sujeito é capaz de participar da vida em sociedade, agregando valores que possibilitem a construção de uma sociedade mais justa, tendo em vista as transformações constantes que se verificam na sociedade contemporânea.

As ações dos professores e a prática pedagógica no cotidiano escolar influenciam diretamente o processo formativo dos indivíduos, logo porque o professor não pode ter uma postura de mero transmissor de saberes, ele deve ter em sua prática a consciência de que é responsável pela construção de valores éticos e de estabelecer uma relação entre a educação e a cidadania.

Numa visão emancipatória, pode-se afirmar que o indivíduo aprende a ser cidadão na escola, no instante em que ele passar a colocar em sua prática o aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, e não violência. Dessa maneira é possível ter-se um agente transformador da sociedade. “Esses valores e essas atitudes precisam ser aprendidas e desenvolvidos pelos alunos e, portanto, podem e devem ser ensinados na escola”.³⁸

³⁷ GADOTTI, Moacir. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo, Publisher Brasil. 2007.

³⁸ BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Fundamental. **Ética e Cidadania no convívio escolar**. Brasília: MEC, 2001.

Com o crescimento descomedido do mundo globalizado, tem-se percebido que, de certo modo, esse crescimento vem promovendo desajustes na estrutura familiar. Os valores éticos que eram repassados por meio do convívio familiar agora estão sendo transferidos sob forma de responsabilidade para a escola, sendo ela agora a responsável pela formação integral do aluno de modo a prepará-lo para o exercício da cidadania.

1.2 Aspectos históricos da formação do professor

A discussão sobre como surgiu a profissão de professor não é algo recente, desde o Egito Antigo se tem notícia de relatos sobre o ofício de ser professor, mas essa profissão não estava ligada diretamente à educação como nos dias atuais. Naquele momento, a profissão direcionava-se para a preparação do indivíduo para fazer parte do conselho dos nobres. Sabe-se que o trabalho não era realizado por professores, mas por prisioneiros de guerra que, para escapar da morte, ensinavam as primeiras letras, a arte de usar as palavras, e a compor discurso. Na Grécia Antiga e em Roma a educação estava direcionada para a formação do homem culto, iniciando-se com o bê-á-bá, que alfabetizava o cidadão, seguido pela gramática, que instruía e, por fim, a retórica. Sobre esse período histórico, salienta-se:

Os patrícios romanos tinham grande respeito e necessidade de Educação. Davam uma educação primorosa para seus filhos. Contratavam-se escravos gregos educados e pregadores para Ensinar seus filhos. Aos pobres na antiga Roma não era fornecida uma educação formal, eles eram, contudo, ensinados a ler e Escrever.³⁹

Assim como na Grécia antiga, onde os primeiros mestres foram os de música e de ginástica, na idade média a educação era voltada para o caráter cristão. Os clérigos, os padres das paróquias e dos mosteiros eram os mestres desse período, porém, muitas vezes tinham que aprender a ler, pois nesse momento predominava o analfabetismo. Por volta do ano 100, com o aparecimento das universidades e sob a orientação da igreja, a educação passou a ser ministrada por mestres livres e clérigos vagantes. Em seguida, a educação passou a ser organizada sob três campos: artes liberais, medicina e jurisprudência. Os mestres e aprendizes se reuniam para o aprendizado conjunto.⁴⁰

As reformas religiosas ocorridas no século XVI provocaram o aumento, a propagação da fé e uma renovação no ensino. A difusão da fé, assim, tornou-se fundamental e mais forte nas comunidades. A Contrarreforma favoreceu o aparecimento de novas ordens

³⁹ MOSER, Giancarlo. **História da Educação**. 2 ed. Indaial: Uniasselvi, 2011.

⁴⁰ ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3 ed. rev. e atual. Curitiba: Ibpex, 2007.

religiosas cristãs, como a dos jesuítas, que passaram a difundir o catolicismo e a catequizar um número bem maior de pessoas. Para esse fim, utilizava-se um sistema de regras de conduta de aula, consistia em instruções para regularizar as relações e o procedimento entre professores e alunos. Nas escolas e missões jesuíticas, o ensino caracterizava-se por seguir uma linha humanista-cristã, esse sistema de educação foi utilizado no Brasil pelos jesuítas durante a colonização. Ou seja, o ofício de professor era um exercício constante das letras, da memorização e da arguição retórica, no nível da mediania, no qual não havia muito espaço para o livre pensamento e a exploração das ideias divergentes. A regra era clara: professores “que forem inclinados a novidades ou demasiado livres nas suas opiniões deverão, sem hesitações, ser afastados do magistério.”⁴¹

No Brasil, a educação institucionalizada teve início com os jesuítas, eles foram os primeiros professores. Mesmo nessa época a formação do professor já era discutida, os jesuítas dedicavam uma atenção especial ao preparo desses profissionais. Para eles, o professor só estava preparado para assumir a docência após os 30 anos idade e depois de passarem por um rigoroso controle que ia desde a seleção dos livros até as questões que poderia abordar no que se referia à filosofia e à Teologia. A companhia dos jesuítas foi responsável pela formação de boa parte dos professores nesse período.⁴²

Duarte, no século XVII, já fazia referência à necessidade de se haver uma formação inicial e continuada do professor, pois na visão desse educador a formação estava ligada diretamente às mudanças ocorridas na sociedade e associada às mudanças culturais e sociais. Contudo, sabe-se que a educação manteve por um determinado e longo tempo uma ligação muito forte com a igreja e Deus.⁴³

Com a chegada do Marquês de Bombal ao Brasil, no final do século XVII, ocorrem diversas modificações na educação. A “reforma pombalina”, como ficou conhecida, defendia uma educação laica. Noutros termos, a reforma pregava uma prática educacional desvinculada das práticas religiosas instruídas pelos jesuítas. Assim:

A orientação adotada foi a de formar o perfeito nobre, agora negociante; simplificar e abreviar estudos fazendo com que um maior número se interessasse pelos cursos superiores; propiciar o aprimoramento da língua portuguesa; diversificar o conteúdo, incluindo o de natureza científica; torná-los os mais práticos possíveis.⁴⁴

⁴¹ FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas: O Ratio Studiorum**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

⁴² RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**. Campinas : Autores associados, 2001.

⁴³ DUARTE, Sérgio Guerra. **Dicionário Brasileiro de Educação**. Rio de Janeiro: Antares/Nobel, 1986.

⁴⁴ RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 12. ed. São Paulo: Cortez. 1992.

Pombal apresenta uma nova forma de educar inspirada nas ideias laicas e no iluminismo, faz uso das “aulas régias” que foram assumidas pelos padres-mestres e capelães de engenho, além de outros professores leigos. As aulas régias foram as primeiras formas adotadas pelo sistema de ensino público no Brasil, porém, essa prática pouco alterou a realidade educacional, o ensino constituía-se de disciplinas isoladas, fragmentadas, desorganizadas. Apesar de se caracterizar como uma oferta de educação popular, a mesma se restringia apenas às elites locais. Além desse fato, praticamente não havia recursos didáticos, competia aos docentes a despesa com a manutenção dos instrumentos de ensino.

Stephanou & Bastos ressaltam mais ainda ao afirmar que essas aulas régias pouco contribuíram para apresentar uma real mudança na organização do ensino:

Essa iniciativa não passou de um esboço que não chegou propriamente a se efetivar: por diversas razões, entre as quais podemos mencionar; a escassez de mestres em condições de imprimir a nova orientação uma vez que sua formação estava marcada pela ação pedagógicas dos próprios jesuítas; a insuficiência de recursos.⁴⁵

Após a Proclamação da República, houve uma preocupação com o ensino primário tornando-o obrigatório aberto, gratuito para todo cidadão. Com o Ato adicional, a responsabilidade do ensino primário e a formação dos professores passaram para os governos das províncias. Essa mudança se justifica com fato de se considerar a educação primária popular sem muita importância para a elite governante. Ainda na Constituição de 1824 a formação do professor continuava a ser feita de maneira improvisada e precária, pois as províncias eram responsáveis pela formação dos profissionais e, como eles eram muito carentes, não se formavam com qualidade. Essa realidade passou por mudanças quando surgiram as primeiras Escolas Normais de nível secundário nas províncias, estas assumiram e passaram a formar os professores para o ensino primário em, no máximo, dois anos.

A Revolução Francesa ocorrida no século XVIII foi um marco para o avanço da educação, pois durante esse fato histórico ocorreu a institucionalização da educação pelo Estado. Assim, a educação passou a ter uma preocupação com a formação do cidadão. Nesse momento, surge a ideia da criação de uma escola para a formação de professores laicos. Com esse advento, os professores passaram a ser considerados profissionais a serviço do Estado e, então, observou-se a necessidade do investimento na formação específica do profissional. A partir dessa conscientização surgem, conseqüentemente, as primeiras escolas normais sob o

⁴⁵ STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3 volumes. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

poder público do Estado, as quais se espalharam pela Europa nos Estados Nacionais recentemente criados.

A Revolução Industrial ocorrida no mundo ressaltou a importância da função da escola. Concomitantemente, destacou a necessidade em aumentar o número de professores, a fim de que os mesmos pudessem promover a instrução básica indispensável para a atuação dos operários nas fábricas e a urbanização. Sendo assim, a educação passou a ser uma das exigências da população. Diante dessa nova realidade, a educação não tinha mais como ficar restrita apenas à elite da sociedade. Com o avanço e o desenvolvimento industrial, observou-se o quanto a mão de obra especializada fazia-se importante. As escolas deixaram de ser algo restrito a um único grupo social, mas aos pobres ficou destinado um nível menor de ensino, enquanto que à classe da elite se oferecia um ensino mais aprofundado.

O desenvolvimento da maquinaria e a divisão do trabalho levam o trabalho dos proletários a perder todo caráter independente e comisso qualquer atrativo para o operário. Esse se torna um simples acessório da máquina, do qual só se requer a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de aprender.⁴⁶

No Brasil, a educação também sofreu influência da revolução industrial, tanto que em 1835 foi criada a primeira escola normal na província do Rio de Janeiro. A formação oferecida por essas escolas priorizava apenas a educação básica, incluindo somente o conteúdo da escola primária. A limitação era visível também na formação pedagógica, limitada a apenas uma disciplina, que tinha duração de dois anos, sendo que todas as disciplinas do curso eram ministradas por um ou, no máximo, dois professores. Como afirma Tanvri, era um curso rudimentar “não ultrapassando o nível primário e o conteúdo dos estudos primários de caráter essencialmente prescritivo”.⁴⁷

Ainda nesse período não era obrigatória a formação em magistério para que alguém exercesse a função de professor, geralmente quem assumia o cargo eram pessoas que possuíam algum prestígio social na comunidade. O trabalho do professor resumia-se à conclusão das tarefas propostas pelos livros didáticos, tornando as aulas rotineiras, fragmentadas e descontextualizadas, fato que ressaltava ainda mais a fragilidade do ensino nesse período.

Rui Barbosa, Cunha leitão e Almeida de Oliveira foram autores de vários projetos que tinham como objetivo a valorização das escolas e a preocupação com uma formação

⁴⁶ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. p. 72.

⁴⁷ TANVRI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPED, n. 14, maio/jun./jul./ag., 2000. p. 65.

adequada para os professores. No período 1920 até 1970 as reformas que ocorreram na educação envolveram desde a reformulação nos cursos normais à ampliação do tempo de duração para quatro anos. Nesse quesito, havia um plano de estudos que organizava o currículo em dois blocos de conteúdos fundamentais, motivando o surgimento de um novo perfil para valorização da pedagogia centrada na atividade dos alunos e na valorização do professor.

No século XIX, muitos projetos voltados para a educação tomaram uma proporção maior através do decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932. Foi nesse momento que a escola deixou de ser uma escola normal e passou a ter como base um novo modelo didático e pedagógico destinado à formação adequada do docente. O foco passava a ser a correção de longos anos em que não se havia necessidade de formação adequada para atuar como docente. Vale enfatizar que no ano de 1835 foi fundada a primeira escola normal no Brasil, na cidade de Niterói. A escola normalmente era destinada exclusivamente aos alunos do sexo masculino, somente após alguns anos as mulheres obtiveram acesso à formação como professora.

Com a chegada do século XX, a educação passou a receber uma atenção maior dos governantes que, motivados por uma nova visão política, identificaram a necessidade da criação de políticas voltadas para a formação inicial e continuada do professor. A constituição de 1988 faz referência à importância da educação para a formação do indivíduo, quando assegura a educação como um direito social, como um direito de todos e como um dever do Estado e da família.⁴⁸

Com a Lei nº 9,394, de Setembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), muitos aspectos foram estabelecidos, proporcionando uma nova ótica para a educação. Um dos aspectos que mereceu destaque nessa lei foi a obrigatoriedade para a formação específica dos profissionais da educação. Nesse sentido, é possível a verificação das orientações anteriores existentes *in verbis na LDB*:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a tender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidade de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I – a educação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviços;

⁴⁸ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 8/2010**. Aprovado em 05 maio 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5368-pceb008-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 jun. 2018.

II – aproveitamento da formação e experiência anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.⁴⁹

A cada ano, observava-se a necessidade de se lançar um novo olhar sobre as práticas docentes, e que não era mais possível o professor ter formação limitada, como ocorria nas escolas normais, nas quais os docentes eram formados apenas para os primeiros anos do ensino fundamental e para a educação infantil. No início do século XX, intensificou-se a preocupação com a formação do professor para atuar no nível secundário e em cursos regulares e específicos. Tal mudança foi influenciada pela lei 9.394 de 1996, que determinava aos docentes um prazo de 10 anos para adquirirem formação superior adequada à atuação como professores.

Em face às atuais exigências, percebe-se que não basta aos docentes a formação superior, é necessário que as ações estejam em consonância com as novas realidades sociais e com os avanços tecnológicos presente na realidade dos educandos. Tal afirmativa é justificada com o fato de que uma boa prática docente contempla aulas dinâmicas e, conseqüentemente, aprendizagens prazerosas. Sendo assim, cabe ao docente estar sempre se atualizando num constante processo de formação. A formação continuada é responsável pelo desenvolvimento e ampliação do conhecimento docente, quando associada aos saberes da experiência, os saberes do conhecimento e os saberes pedagógicos contribuem para construção da identidade do docente, ao tempo em que favorece uma prática consciente capaz de promover um ensino contextualizado pautado do conhecimento.

Tendo em vista esses aspectos, vê-se a necessidade de novas reflexões sobre a formação e o trabalho do professor, pois diante da realidade socioeducacional na qual está inserido, torna-se obrigação o conhecimento específico da profissão e também a capacidade para responder às diversas exigências de situações presentes em seu convívio docente, as quais envolvem não apenas saberes, mas também a quantidade de informações que são absorvidas através dos avanços tecnológicos.

Numa sociedade em constante mudança, não há espaço para uma prática docente educativa embasada numa formação meramente técnica, estática. Essa prática deve ceder

⁴⁹ BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 15 jul. 2018.

espaço para uma formação capaz levar o docente a uma prática reflexiva, capaz de envolver o educando de forma dinâmica.

Cabe, portanto, ao docente desenvolver métodos capazes de prender a atenção do educando e auxiliá-lo na construção de conceitos que lhe servirão como base para a tomada de decisões futuras. Sendo assim, não basta apenas a formação acadêmica para ser professor, é necessário que haja uma formação ética indispensável para a atuação do educador enquanto profissional formador de opinião.

A identidade de qualquer profissional parte desde o início da escolha de sua profissão e se consolida com a busca por uma formação continuada como forma de amadurecimento profissional e pessoal que rege toda sua atuação. Assim como qualquer outro profissional, o professor necessita dessa busca constante para sua prática diária, pois a docência abrange aspectos indispensáveis para a formação pessoal e profissional de qualquer profissão. Para Nóvoa:

A identidade não é dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de luta e conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser, de estar na profissão, por isso é mais adequado falar em processo identitário, realçando a mesma dinâmica que caracteriza a maneira como cada um se sente e se diz professor.⁵⁰

Segundo Formosinho, os professores da Educação Infantil, como os de outros níveis de ensino, enfrentam dilemas e tensões na sua formação e atuação, pois fazem parte de um grupo de profissionais que buscam o desenvolvimento humano. A formação é uma prática constante partindo do pressuposto de que é um compromisso ético que o professor deve estabelecer ao assumir a função de mediador e transmissor de conhecimento.⁵¹

Devido às mudanças constantes ocorridas na sociedade, observou-se que, além da formação acadêmica, o professor precisa ser ativo, participativo, observador, reflexivo e estar atento aos elementos que compõem a sua prática pedagógica. Esses fatores favoreceriam a articulação de tais elementos e, assim, contribuiriam efetivamente para a apropriação de conhecimentos propulsores do desenvolvimento integral na infância. Pois, conforme Angotti,

[...] novos tempos podem ser pensados para a sociedade; desenvolvendo e realizando pessoas mais completas, seres mais íntegros que saibam exercer seus papéis enquanto ser pessoa, ser social, ser histórico, ser cultural, novos tempos em que o ser humano possa viver a plenitude de todas as etapas da sua vida, realizando-se e tendo

⁵⁰ NÓVOA, Antônio. Diz-me como ensinas, dir-te-ei que é e vice-versa. In: FAZENDA, Ivani C. A. (Org). **A Pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento**. Campinas, Papirus, 1995. p. 16.

⁵¹ FORMOSINHO, J. (Coord.). **Formação de professores: Aprendizagem profissional e ação docente**. Porto, Portugal: Ed. Porto, 2009. p. 07.

uma atividade intensa, uma vivência clara do que seja ser criança e viver a infância.⁵²

O fazer pedagógico numa instituição voltada para educação infantil é algo que perpassa a transmissão de conteúdos. Os professores dessa modalidade de ensino devem atuar de forma intencional e consciente a fim de contribuir efetivamente para o desenvolvimento integral da criança. A infância é o momento de grande relevância para o desenvolvimento humano, é nessa fase que a criança necessita de uma educação que proporcione a autonomia e a cidadania.

O professor precisa avaliar e refletir constantemente sua prática pedagógica a fim de perceber sua prática enquanto promotora do desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Nesse contexto, a relação entre professor e alunos deve promover a consolidação de uma educação crítica que possibilite a construção e formação ética dos indivíduos.

O papel da gestão escolar é fundamental como incentivo para a formação continuada dos professores. Entre esses profissionais deve existir uma relação de cumplicidade para que ambos possam trabalhar em conjunto com o intuito de favorecer a aprendizagem do aluno e de conduzi-lo a uma formação ética. A prática docente dos professores, quando influenciada por uma gestão democrática, perpassa o ensino tradicional e redimensiona para uma mudança educacional que redefine a profissão docente.

Conforme Nascimento, a formação continuada tem como objetivo o desenvolvimento do professor, funcionando como um processo educativo multidimensional cujas dimensões se interligam possibilitando a formação integral como pessoa e como cidadão capaz preparar o educando para atuar de maneira mais crítica. Por isso, cabe aos gestores promoverem ações formativas que os distanciem de uma prática de mero transmissores de conteúdos, levando-os a construir uma prática reflexiva crítica embasada no diálogo, a fim de promover melhorias no ensino e na construção da cidadania.⁵³

Em nossa atualidade, existe a necessidade que os professores sejam criativos e competentes e estejam avaliando sua prática pedagógica constantemente, contextualizando os conhecimentos a serem construídos de modo a oferecer um ensino adequado às necessidades dos alunos.

⁵² ANGOTTI, Maristela (Org.). **Educação infantil**: para que, para quem e por quê? Campinas: Alínea, 2008.

⁵³ NASCIMENTO, Juarez Vieira. Escala de auto-percepção de competência profissional em educação física e desportos. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 5-21, jan./jun., 1999.

A necessidade de novas formas de aprendizagem tem levado os gestores escolar a incentivar os professores a buscarem uma reflexão crítica acerca de sua prática continuada e de todas as questões que envolvem todo o trabalho pedagógico. Nesse sentido, é relevante afirmar que gestores e professores precisam estar conscientes de que a formação continuada é desenvolvida durante todo o exercício da docência e que é por meio dela que os educandos poderão exercer uma cidadania comprometida com o coletivo e nunca somente com o individual.

3 ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA PAZ: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

Neste capítulo procurar-se-á expor os documentos que orientaram a realização desta pesquisa. O objetivo é descrever os segmentos organizacionais e estruturais que embasaram o estudo ora apresentado. Os documentos consultados no âmbito da pesquisa realizada foram: documentos bibliográficos, Relatório de Planejamento para o surgimento da Escola, PPP e outros pertencentes à Escola Municipal Nossa Senhora da Paz.

Para Cellard, “definir o documento representa em si um desafio”. Recuperar a palavra “documento” é uma maneira de analisar o conceito. Além disso, entende-se esse termo também através das seguintes definições: “documento: 1. declaração escrita, oficialmente reconhecida, que serve de prova de um acontecimento, fato ou estado; 2. qualquer objeto que comprove, elucide, prove ou registre um fato, acontecimento; 3. arquivo de dados gerado por processadores de texto”.⁵⁴

Nessa perspectiva, Phillips expõe sua visão ao considerar que documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”. Estabelecendo uma relação entre os conceitos dos autores e a proposta do estudo exposto nesta dissertação, pode-se afirmar que a análise e a leitura dos documentos da Escola Municipal Nossa Senhora da Paz tem como finalidade evidenciar a importância dos documentos na construção de valores éticos numa gestão escolar. Esta, por sua vez, auxilia na prática docente e na formação de homens e mulheres.⁵⁵

Os documentos são, portanto, fontes de constatação de forma legal dos fatos históricos ocorridos que favoreceram o surgimento da instituição de ensino supracitada e de todos os projetos sociais e culturais que foram surgindo no decorrer dos anos. Foi através da leitura desses documentos que se possibilitou ressaltar a importância dos mesmos para a construção dos valores éticos na prática pedagógica dos docentes da Educação Infantil da instituição de ensino analisada.

Corroborando os conceitos, Indolfo evidencia a importância dos documentos e dos registros para se compreender as mudanças que influenciaram na estrutura organizacional de uma sociedade:

⁵⁴ CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

⁵⁵ PHILLIPS, B.S. **Pesquisa Social**. Rio de Janeiro, Agir, 1974.

O documento ou, ainda, a informação registrada, sempre foi o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Entretanto, basta reconhecer que os documentos serviram e servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória.⁵⁶

Os documentos escritos são fontes oficiais de estudos, sendo indispensáveis numa pesquisa documental enquanto meio de investigação da realidade que se pretende construir. No entanto, cabe ressaltar que todo e qualquer documento está sujeito a críticas diante do que é proposto na pesquisa. Isso se deve ao fato de que, numa análise documental, é necessário que se observe em que contexto histórico esse documento foi elaborado e sob quais influências socioeconômicas, políticas e culturais foram embasadas sua fundamentação. Tal necessidade é justificada com o fato de que as decisões futuras partiram das resoluções tomadas no passado. Sendo assim, cabe, portanto, ao pesquisador uma leitura mais detalhada do objeto de estudo, haja vista que será através dessa análise documental que ele terá condições de compreender as particularidades de forma organizada e fundamentar o objeto de estudo em questão.

Historicamente, os documentos são indispensáveis para a elaboração e as constatações de fatos que possibilitam a compreensão e a análise do contexto social no qual o objeto de estudo está inserido. Por contemplar uma pesquisa documental enquanto método de investigação da realidade social, os documentos detêm grande importância para a construção e a fundamentação dos objetivos traçados nessa pesquisa documental. Nesse contexto, é relevante salientar que, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, não há pretensão de que sejam quantificadas as informações aqui apresentadas, mas sim de se fazer compreender a importância dos fatos que suscitam uma reflexão ética e participativa na construção dos valores educacionais.

Bellotto acrescenta que após o documento cumprir a função para a qual foi criado, ele será preservado para fins de pesquisas, sendo testemunho e herança cultural. Tal afirmativa foi comprovada diante da constatação de que os documentos oferecidos pela Fundação Nossa Senhora da Paz foram de grande relevância para ressaltar importância do surgimento dessa instituição. Além disso, esses documentos demonstraram a relevância da escola na prestação de serviços educacionais e éticos para a comunidade na qual está situada. Logo, as informações existentes nesses documentos fundamentaram esta dissertação.

⁵⁶ INDOLFO, Ana Celeste et al. **Gestão de documentos**: conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. 49 p. (Publicações Técnicas, 47)

Obedecendo a uma visão mais crítica e analítica, as informações obtidas nesses documentos constituem como referenciais de estudo, numa apreciação acerca do caráter ético evidenciado na gestão dessa instituição de ensino.⁵⁷

Em toda análise documental é necessário que se tenha um olhar crítico, como afirmam Ludke e André, ao anunciarem que existem dois tipos de Unidade de Análise: a Unidade de Registro e a Unidade de Contexto. Na Unidade de Análise, o investigador pode selecionar segmentos específicos do conteúdo para fazer a análise, determinando, por exemplo, a frequência com que aparece no texto uma palavra, um tópico, um tema, uma expressão, uma personagem ou um determinado item (operação que usa a quantificação dos termos). No entanto, dependendo dos objetivos e das perguntas de investigação, pode ser mais importante explorar o contexto em que determinada unidade acontece, e não apenas o número de ocorrências.⁵⁸

Assim, o método de codificação escolhido está intrinsecamente relacionado à natureza do problema, ao arcabouço teórico e às questões específicas de pesquisa. Por conseguinte, no primeiro momento se faz a coleta de todo o material necessário para a construção de uma base de análise, que constitui o segundo momento da pesquisa. Neste último, processa-se a leitura crítica dos materiais, sempre estabelecendo uma relação com a base teórica da investigação destacada no referencial teórico, primeiro capítulo desta dissertação.

3.1 Contexto socioeducacional: Vila da Paz antes da ocupação

Os dados apresentados neste item foram coletados a partir de uma leitura ao Perfil Básico do bairro Vila da Paz, localizado na zona sul, no município de Teresina, Estado do Piauí, na região nordeste. Conforme o documento citado, o referido município limita-se ao norte: União e José de Freitas, ao Sul: Monsenhor Gil e Palmeiras, ao Leste: Altos e Demerval Lobão e a Oeste: rio Parnaíba com Timon (MA). De acordo com a divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística vigente desde 2017, o município pertence às Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas de Teresina. Até então, com a vigência das divisões em microrregiões e mesorregiões, o município fazia parte da microrregião de Teresina, que por sua vez estava incluída na mesorregião do Centro-Norte Piauiense.

⁵⁷ BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos**: estudos e reflexões. Belo horizonte: Editora UFMG, 2014.

⁵⁸ LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

Diante dessa orientação geográfica, tem-se o bairro Vila da Paz, que está localizado nas proximidades do terminal rodoviário Lucídio Portela. Antes de 1986, o local onde hoje é o bairro Vila da Paz era apenas uma grande extensão de terra de mata virgem que até então servia de esconderijo para ladrões e produtos de furtos. A história da Vila da Paz surgiu a partir da necessidade de muitos cidadãos em possuir sua casa própria. Já o nome Vila da Paz foi atribuído devido ao Ano Internacional da Paz, lembrado no ano corrente. Nesse histórico, em fevereiro de 1987 o prefeito Wall Ferraz assinou o decreto de desapropriação da área e a entregou ao povo que ali morava, porém faltava toda estrutura que caracteriza um bairro. E além desses problemas não havia sinal cristão, ou seja, nenhum tipo de evangelização.

Essa história mudou quando, em Maio de 1987, chegou à Vila da Paz o Padre Pedro Balzi, que com muita determinação e coragem iniciou uma grande obra social e espiritual nessa comunidade. Muito ainda precisava ser feito, a ausência de saneamento básico provocava muito desconforto para todos que ali residiam, e as crianças eram as mais afetadas com tamanho descaso, visto que passavam o dia na rua brincando em meio à poeira, no verão, e à lama, no inverno. A maioria das mães, inclusive, trabalhava diuturnamente como lavadeira ou passadeira de roupa a fim de prover a alimentação das crianças. Vendo tamanho sofrimento pelo qual mães e crianças passavam, o padre Pedro se compadeceu e decidiu pedir ajuda ao exterior, mais precisamente à Itália e à Comunidade Europeia, para a construção de uma creche com o propósito de atender ao maior número de crianças possível. Dessarte, em fevereiro de 1991 foi inaugurada Creche Jardim de Infância Nossa Senhora da Paz, hoje “Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz”.

A respeito do contexto educacional Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz, como toda educação infantil é mantida pelo município, tem-se, a seguir, dados apresentados pela Secretaria de Educação do Estado do Piauí, destacando informações listadas nas tabelas e gráficos que seguem. No que diz respeito ao número e à formação dos docentes, assim como à formação e à quantidade de crianças atendidas, tem-se a seguinte realidade:

Quadro 1 - Gestores lotados na CMEI Nossa Senhora da Paz, 2018

Nº	Nome	Cargo	Habilitação
01	Antonia Rodrigues do Nascimento Barros	Diretora	Esp. Gestão e Sup. Escolar
02	Nilvia Coelho	Diretora adjunta	Esp. Gestão e Sup. Escolar
03	Cristiane Melo de Carvalho Castelo Branco	Coordenadora	Esp. Gestão e Sup. Escolar

Fonte: Secretaria de Educação Básica – SEMEC-PI 2018.

Quadro 2 - Docentes lotados na CMEI Nossa Senhora da Paz, 2018

Nº	Nome	Cargo	Habilitação
01	Cynnara Rachel Pacheco de Sousa Sarmiento	Professora	Esp. Gestão e Sup. Escolar
02	Eliana de Oliveira Azevedo	Professora	Esp. Docência no Ens. Superior
03	Elisangela Costa de Oliveira	Professora	Esp. Docência no Ens. Superior
04	Francisca Rosiane Abreu Paz	Professora	Esp. Docência em Educ. Infantil/Gestão e Sup do Ens. Superior
05	Josineide Soares de Melo Albuquerque	Professora	Esp. Docência do Ens. Superior/Gestão e Sup. Escolar
06	Lina Zoe Cardoso Furtado	Professora	Esp. Em Psicopedagogia
07	Luzineide dos Santos Conceição	Professora	Esp. Docência em Educ. Infantil/Docência Ens. Superior
08	Lunna Kassia G. do Nascimento	Professora	Esp. Educação Infantil e AEE
09	Marlene Santana do Nascimento	Professora	Esp. em Doc. do Ens. Superior / em Gestão de Cidades
10	Nágila Cristina Carvalho Nunes	Professora	Esp. Gestão e Sup. Educacional e Empresarial
11	Regina Lucia Norberta De Moura	Professora	Esp. Doc. Educação Superior / Doc. em Educação Infantil
12	Suzana De Brito Silva Bezerra	Professora	Esp. Gestão Escolar com Docência no Ens. Superior
13	Shabrina Aurora De A. Silva	Professora	Esp. Docência em Educação Especial
14	Tarciara Freira Neiva Rocha	Professora	Licenciatura Plena em Pedagogia

Fonte: Secretaria de Educação Básica – SEMEC-PI 2018

A fim de que se tenha uma visão da infraestrutura em termos de espaços para o desenvolvimento cognitivo e motor das crianças da CMEI Nossa Senhora da Paz, é pertinente tomar conhecimento das informações que a Secretaria da Educação Básica do Estado do Piauí fornece em relação ao número de dependências existentes naquela CMEI. Estes são dados referentes aos indicadores educacionais da Educação Infantil 2018, os quais oferecem uma base para compreensão do quadro sócio educacional, conforme a visualização das tabelas que seguem:

Tabela 1 – Estrutura física da CMEI Nossa Senhora da Paz

Discriminação	Indicadores		
	Sim	Não	Quantidade
Salas de Aula	X		08
Banheiros	X		02
Área de Recreação	X		01
Sala de vídeo	X		01

Refeitórios	X	X	
Dormitórios			00

Fonte: Secretaria de Educação Básica – SEMEC-PI 2018

Observa-se pelos dados que, apesar de a CMEI oferecer uma infraestrutura com algumas deficiências, a mesma atende de maneira satisfatória às crianças do bairro Vila da Paz no que diz respeito ao ensino infantil.

Tabela 2 - Indicadores educacionais do Ensino Infantil

Discriminação	Indicadores	Período
Pré-Escolas de Período Integral	194 crianças	Integral

Fonte: Secretaria de Educação Básica – SEMEC- PI 2018

Conforme os dados apresentados e considerando o trabalho que as Secretarias de Educação Municipal almejam desenvolver, afirma-se que todas as existentes no município trabalham em conjunto com o propósito de alcançar um modelo padrão de ensino. As informações acima têm, indubitavelmente, como objetivo ressaltar o perfil geral da educação infantil do município no que diz respeito à esfera educacional. Sob esse viés, em 2016 o prefeito de Teresina, Firmino Filho, obteve o título de Amigo da Criança devido ao fato de proporcionar uma educação infantil e fundamental 1 de qualidade, além de manter um trabalho articulado em todas as secretaria de educação na perspectiva de uma gestão democrática e participativa.

3.2 O Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz

O Surgimento do Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz, no recém-nascido Bairro Vila da Paz no município de Teresina - PI, ocorreu de maneira muito árdua, pois o bairro era carente em termos de saneamento básico, saúde, segurança e educação. Não havia muito interesse dos poderes públicos em fazer melhorias no bairro.

Foram muitos anos até que começassem a surgir as primeiras melhorias no bairro que fossem de grande relevância para a comunidade. Uma das primeiras conquistas foi a obtenção da água encanada, pois até então todos se serviam diretamente das águas do rio Poti sem qualquer tipo de tratamento. Logo em seguida obteve-se a instalação da energia elétrica, acarretando facilidades na vida de todos. Nesse quesito, pontua-se que anteriormente a única iluminação oriunda das casas era através de lamparinas. Assim, as ruas, que antes eram

escuras e silenciosas, com a chegada da energia passaram a ter mais alegria e movimentação. Dessa forma, a cada dia verificava-se evidências de progresso.

O desafio, a partir de então, seria oportunizar condições dignas às crianças que protagonizavam descasos sociais, sobretudo os concernentes à ausência de saneamento básico. Em meio a tal situação, o Padre Balzi pediu o auxílio do exterior, mais precisamente da Itália e da comunidade Europeia. Assim, edificou-se a primeira creche, intitulada Creche Jardim de Infância Nossa Senhora da Paz. Todavia, as crianças precisavam de mais auxílio com vistas à qualidade de vida. Nessa conjuntura, manifestou-se a ideia da adoção à distância, um projeto liderado por um Grupo Italiano representado aqui por Oreste Fratus. Esse projeto tinha como objetivo adotar a criança à distância da comunidade. Assim, ela era assistida por fotos e cartas por seus padrinhos, e a família dessa criança recebia mensalmente alimentos.

O bairro Vila da Paz, assim como outros bairros que estavam surgindo aos poucos no município de Teresina, não ofereciam escolas no próprio bairro para os recém-moradores. Estes tinham que se deslocar para bairros vizinhos para que seus filhos pudessem estudar. Com essa finalidade, as primeiras obras construídas, pois já se acreditava no princípio de que a educação é base para construção de um mundo mais consciente. Por conseguinte, foram construídas duas creches sob o respaldo da Paróquia. Fundou-se também a Escola Primária Alcides Lebre, de responsabilidade da Prefeitura. Porém, quando os adolescentes concluíam o ensino Fundamental, precisavam sair para outros bairros a fim de angariarem uma formação continuada, o que culminava na desistência de muitos, que por vezes eram atraídos por traficantes, induzindo-os com falsas promessas de muito dinheiro e vida fácil.

O padre, conhecedor da situação de marginalização pela qual passavam os adolescentes, novamente dispôs-se a oferecer amparo, desencadeando, assim, um projeto inovador: A Escola Técnica Masculina Nossa Senhora da Paz, onde os alunos não concluiriam apenas os estudos regulares, mas, sobretudo, ingressariam nos estudos profissionalizantes. À vista disso, eram oferecidos cursos de mecânico, soldador, eletricista, hidráulica, tornearia, panificação e de máquinas de escrever manual e elétrica, posteriormente substituídas pela informática.

Ainda assim, as adversidades eclodiam. Logo em seguida também começaram a surgir problemas com as meninas, que além dos entraves comuns da adolescência, vivenciavam experiências com as drogas e a prostituição. Nessa perspectiva, para lograr sucesso na retirada das adolescentes das ruas, foi construída a Escola Técnica Feminina Nossa Senhora da Paz, no terreno ao lado da igreja de São José da Costa Rica. Assim com a escola masculina, a feminina também oferecia o ensino regular e, concomitantemente, cursos de

costura, bordado, culinária e cabeleireira. Além da escola técnica feminina, também foi construído, ao lado da casa das Irmãs, o abrigo Lar Catarina e Judite, que serviria de abrigo para as moças que chegavam do interior para estudar em Teresina, ficando sob os cuidados das Irmãs Ursulinas.

Sob outra perspectiva, a população no bairro não parava de crescer, e a Escola Primária Alcides Lebre já não era suficiente para suprir as necessidades da localidade, pois o número de crianças que saíam da Creche Nossa Senhora da Paz e da Creche Maria Auxiliadora era superior ao número de vagas ofertadas pela escola primária supracitada. Sendo assim, foi construída outra Escola Primária, com capacidade de 700 alunos, distribuídos em dois turnos: metade no turno da manhã e metade no turno vespertino.

Logo o Bairro Vila da Paz passou a ser referência em termos de crescimento educacional. Assim, a cada dia surgiam novas oportunidades de crescimento educacional. Não obstante, ainda havia a carência de mais uma modalidade de ensino com vistas à garantia de que os jovens dessa comunidade concluíssem a educação básica. Fazia-se primordial uma escola de Ensino Médio, conquista sucedida após fatos adversos ocorridos com alguns jovens, como aqueles que se deslocavam caminhando à noite por falta de dinheiro para pagar a passagem de ônibus ou mesmo por não haver frota suficiente no bairro.

No ano de 1998 construiu-se outro prédio para o funcionamento da Escola de Ensino Médio. É importante salientar que, numa reunião com autoridades da Prefeitura e do Estado, ficou decidido que os professores seriam estagiários com bolsas do governo. Já no ano de 2008, por iniciativa do Secretário da Educação, decidiu-se que o Ensino Médio seria estatizado com todos os benefícios das escolas do estado. Na visão do Padre Pedro não bastava apenas a formação intelectual, era necessário ter a formação espiritual e moral para que ocorresse a conquista de um processo de qualidade no que diz respeito à vida social, política, cultural e profissional.

Em meio a inúmeros investimentos voltados para a educação, a comunidade sentiu falta de um local para pesquisa e estudos. Assim, no ano de 2004 a população foi beneficiada com a Biblioteca Comunitária Nossa Senhora da Paz, composta de 2.500 (dois mil e quinhentos) livros de formação profissional, livros religiosos, obras literárias, enfim, todos os livros que são necessários para pesquisas variadas. A Biblioteca, então, passou a executar um trabalho de atendimento às comunidades, beneficiando os alunos em geral e servindo de incentivo para as pessoas que estudavam para concursos e vestibulares.

Juntamente com a biblioteca, veio também a Banda Musical, que teve participação em vários eventos em Teresina; o Coral da Escola, que entoava vários cânticos populares do

Piauí e cantos clássicos; o auditório com capacidade para 400 pessoas, e as quadras de esportes, que não apenas serviam para a prática da educação física das escolas da Vila da Paz, como também eram cedidas para vários torneios e campeonatos. Os alunos que aqui estudavam passaram a ser destaque em várias atividades extraescolares e em Concursos da Prefeitura e de outras entidades.

Quadro 3 - Concurso de Música organizado pelo Município de Teresina

Discriminação	Colocação	Participante
Composição	1º	Yago Mateus Carvalho Guedes
Interpretação	1º	Hévila Nayara Mesuira de Araujo
Melodia	1º	Yago Mateus Carvalho Guedes

Fonte: Projeto Político Pedagógico – PPP Escola Municipal Nossa Senhora da Paz, s/n p.

Quadro 4 - Concurso Organizado pelos Correios do Piauí

Discriminação	Colocação	Participante
Redação	2º	Amanda Suelen Ferreira Prado

Fonte: Projeto Político Pedagógico – PPP Escola Municipal Nossa Senhora da Paz, s/n p.

Quadro 5 - 37º Concurso Internacional de Redação de Carta dos Correios

Discriminação	Colocação	Participante
Redação de Carta	3º	Amanda Suelen Ferreira Prado

Fonte: Projeto Político Pedagógico – PPP Escola Municipal Nossa Senhora da Paz, s/n p.

À guisa de exemplo dos bons resultados obtidos com concursos, no ano de 2007, Igor Estevan Torres Almeida, aluno da 8º série do Ensino Fundamental Maior da Escola Técnica Popular Nossa senhora da Paz, foi o vencedor do II Concurso Jovens Escritores, na categoria 5º/8º série do Ensino Fundamental maior. O concurso reuniu cerca de 2 mil alunos de escolas públicas e privadas, tendo sido realizado como parte da programação de 5º Salão do Livro do Piauí – SALIPI.

Nas observações feitas no período de outubro de 2017 a março de 2018 nos vários seguimentos que a escola busca atuar, tornou-se evidente a presença de grande preocupação social e política. Assim, para a coleta de maiores informações foram realizadas visitas durante a realização de planejamentos, a citar: planejamento escolar, reunião com os diretores da Fundação Nossa Senhora da Paz e outros eventos promovidos, como semana cultural, comemoração de datas cívicas, comemorações religiosas, palestras, campeonatos esportivos e de xadrez com os alunos, como também em modalidades profissionais, entre outros.

Foi possível perceber que há uma forte ligação entre as questões religiosas, políticas e sociais e as propostas educacionais de envolvimento da escola com a comunidade. Fica claro, então, que a questão religiosa e a preocupação com a formação ética e moral, articulados ao trabalho realizado dentro das na escola, contribuem na formação da história política e social da instituição analisada, assim como do bairro no qual está situada. Tal afirmativa é justificada a partir da conclusão de que todas as mudanças ocorridas nessa comunidade deram-se não somente em virtude do sonho da casa própria, mas também por meio da chegada do Padre Pedro Balzi. Assim, atualmente, as mudanças são fortalecidas mais ainda com o engajamento dos professores, funcionários, alunos e pais em ações integradas.

Toda essa realidade parte do pressuposto de que se faz necessário ao homem o trabalho com a espiritualidade e a fé na capacidade de construção de algo além do que é esperado. Nesse âmbito, a finalidade da escola envolve todo um trabalho socioeducacional que vai além de ofertar o aprendizado dos conteúdos didáticos, estendendo-se à boa formação humana. Foi pensando nessa formação que as escolas reunidas na Vila da Paz objetivaram a formação religiosa e moral dos alunos e moradores da comunidade, oferecendo cursos a esse público-alvo. Por isso as escolas se tornaram referência em educação no município de Teresina. Durante essa história, vários gestores estiveram à frente das instituições. O quadro a seguir faz menção desses gestores, desde a fundação aos dias atuais.

Quadro 6 - Diretores da Escola

Ano	Diretor	Escola de Atuação
1991 a 2018	Antonia Rodrigues Do Nascimento Barros	Educação Infantil
1997 a 2006	Haroldo Carvalho do Nascimento	Ensino Médio Diurno
2001 a 2012	Rubens Portela Dantas	Ensino Médio Noturno
2007 a 2012	Rubens Portela Dantas	Ensino Médio Diurno e Noturno
1997 a 2007	Moisés Pires de Sousa	Ensino Fundamental II
1998 a 2017	Nilda Bezerra	Ensino Fundamental I
2008 a 2017	Nilda Bezerra	Ensino Fundamental I e II
2018	Josineide Soares de Albuquerque	Ensino Fundamental II
2018	Francisca Mendes Ribeiro Sousa	Ensino Fundamental I
2018	Maria do Socorro Vieira Amâncio	Ensino Médio Diurno

Fonte: Histórico Escola Municipal Nossa Senhora da Paz, s/n p.

Nota-se que, ao longo desses anos e frente a muitos relatos tais como os citados em documentos históricos da instituição, existiram desafios que eram vencidos a cada dia com muita determinação e fé, resultando em inúmeros projetos socioeducacionais. Nesse cenário, cada modalidade de ensino adotada pela instituição contou com a contribuição dos gestores

citados acima, que creditaram na educação e na espiritualidade a mudança na vida de muitas pessoas que residiam. Desse modo, foi graças a essa determinação que atualmente as escolas existentes no bairro Vila da Paz são referência no município de Teresina.

Atualmente, o Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz assiste a um número relevante de crianças cujos pais devem residir, preferivelmente, no bairro. Além disso, a CMEI quantifica cerca de 194 crianças em horário integral. O Centro Municipal dispõe também de uma estrutura que vem passando por mudanças a fim de oferecer as melhores condições possíveis para o desenvolvimento socioeducacional das crianças.

A instituição conta com 08 salas de aula, 01 biblioteca adaptada, 01 brinquedolê, 01 refeitório, 01 secretaria, 01 sala de professores, 01 sala de direção, 08 banheiros femininos, 08 banheiros masculinos, 01 depósito (material de expediente), 01 quadra coberta e 01 área de lazer coberta.

A CMEI dispõe também de 01 diretor, 01 diretor adjunto, 01 coordenador pedagógico, 11 professores, 02 estagiárias do curso de Pedagogia, 16 auxiliares, 01 educador físico, 05 pessoas nos serviços gerais, 03 vigias e 03 merendeiras.

3.3 A gestão democrática e participativa

Para o desenvolvimento do presente item, toma-se como base de leitura o Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP) e o Relatório de Planejamento das atividades realizadas no decorrer do ano. Neste aspecto, o presente estudo é exposto em duas etapas: no primeiro momento o projeto político pedagógico e, em seguida, o relatório do planejamento das atividades realizadas no decorrer do ano.

3.3.1 Projeto Político Pedagógico

Observa-se que a prática da gestão democrática e participativa realizada pelo Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz, no bairro Vila da Paz, no município de Teresina - PI, é ressaltada na justificativa do seu PPP da seguinte maneira:

Uma escola que possui uma prática de ensino consistente inovadora desde a educação infantil, e em sua proposta, no PPP, há incentivo para ações individuais que promovam o trabalho coletivo. Acredita-se na construção singular de ações que

favoreçam o desenvolvimento de uma consciência política mais crítica capaz de promover mudanças na vida de todos que estão envolvidos.⁵⁹

Seguindo essa linha de pensamento, observa-se que a prática pedagógica está voltada para intervir nos problemas apontados por todos os envolvidos no processo ensino/aprendizagem. Portanto, o êxito dessas ações recai na formação global do educando através de uma gestão democrática com premissas para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Em vários momentos do PPP, percebe-se a presença muito forte de textos que ressaltam a importância das ações individuais que resultaram em ações coletivas, como aquelas que devem existir em trabalhos coletivos, com integração, afetividade e desenvolvendo a consciência crítica. Nesse ponto, há um embasamento na filosofia aristotélica, cuja referência recai sobre a importância do trabalho individual pensando no coletivo. Nessa proposta, cada indivíduo reconhece sua importância e contribuição na construção de uma sociedade mais Justa. Noutros termos, são ações assim que fazem com que haja a construção de uma consciência dos direitos e deveres de todos numa visão mais ampla da esfera social e política. Por conseguinte, cada indivíduo deve ter consciência da importância na contribuição para o desenvolvimento de uma sociedade mais crítica e consciente no que condiz com as tomadas de decisões.

É relevante salientar que, na justificativa do PPP, fica explícita a importância do ato de brincar, proposto pelos educadores infantis, como uma atividade natural da criança, o que faz repensar a prática do lúdico nas instituições de educação infantil, pois esta facilita a aprendizagem, colabora para uma boa saúde mental e prepara um estado interior fértil, facilitando o processo de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento. Dessa forma, as crianças são integradas à sociedade de forma crítica e dinâmica, de modo a beneficiar também o processo de aquisição da leitura e da escrita.

Além disso, o PPP insere o trabalho coletivo enquanto eixo que norteia e favorece o desenvolvimento de todos os envolvidos na instituição. Observa-se, então, a presença de uma política de ação participativa e integrada que tende a fazer com que todos participem de tudo que circunda a instituição. Todas essas ações formam um conjunto de elementos que, certamente, contribuem para a construção de uma gestão escolar voltada para uma gestão participativa e democrática. Segundo essa gestão, uma das principais propostas do estabelecimento de ensino é a organização da estrutura e do desenvolvimento das atividades.

⁵⁹ Projeto Político Pedagógico – PPP Escola Municipal Nossa Senhora da Paz, s/n p.

Aqui, tem-se a instituição enquanto fator de transformação social, cultural, política e econômica, oferecendo uma educação igualitária e que contribua com a formação ética das crianças.

A CMEI Nossa Senhora da Paz busca priorizar o princípio da autonomia a fim de construir uma gestão democrática e participativa na escola, pois, ao longo de sua história sempre esteve presente na comunidade a luta para promover o trabalho individual com vistas ao trabalho coletivo. Através desse trabalho, buscava-se o desenvolvimento e a superação dos entraves capazes de impedir a contribuição da escola na construção de uma educação igualitária integrando gestores, professores, alunos, pais e funcionários numa ação conjunta. Conforme o PPP, a missão da escola constitui em: assegurar um ensino de qualidade contribuindo para a melhoria das condições educacionais e a formação de cidadãos críticos conscientes, independentemente de cor, credo e raça. Além disso, cabe à escola o preparo para o exercício da cidadania. Enquanto escola pública, a instituição de ensino objeto de análise deste trabalho considera-se como referencial, procurando realizar sua missão de forma eficaz, segura e responsável, respeitando os alunos, pais e comunidades, garantindo, assim, a formação de sujeitos ativos e críticos capazes de agir na transformação da sociedade.

É notório que o PPP é um documento norteador referencial para todas as ações da escola, cujas fundamentações estão diretamente relacionadas às práticas pedagógicas. Nessa circunstância, o documento também auxilia na elaboração de conceitos responsáveis pela construção de valores éticos indispensáveis à prática de uma gestão democrática.

Salienta-se que a escola tem como finalidade desenvolver um processo educativo segundo o qual a relação com a sociedade tenha uma relevância significativa para a emancipação das crianças, promovendo situações coletivas e democráticas, nas quais o aluno seja conduzido ao exercício da cidadania. Somando-se a isso, a escola mobiliza a sociedade para assegurar os direitos civis, sociais e políticos daqueles que nesta se integrem. Nesse ponto, tem-se a configuração da escola como um mecanismo da gestão democrática escolar. Entende-se, nessa perspectiva, que o PPP das instituições escolares do município visa consolidar os princípios e práticas de gestão democrático-participativa no sistema municipal de ensino, conforme estabelece a Resolução CMESM n.º 29, de 12 de setembro de 2011.

Vale ressaltar que o PPP da CMEI Nossa Senhora da Paz mantém uma relação muito próxima com o que estabelece a Constituição Federal Brasileira de 1988, quando se fala de educação enquanto direito de todos e dever do Estado. A aproximação é verificada também quanto ao que é prescrito também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB),

no Referencial Curricular da Educação Infantil (RECNEI) e nos Parâmetros Curricular da Educação Infantil, no que se refere à missão de formação integral do educando.

Em muitos momentos, nos textos apresentados, observa-se o pensamento de Kant, segundo o qual a educação é responsável pela formação do indivíduo como um todo. Nesse sentido, é notório que através da educação o homem aprende a exercer sua autonomia. Logo, “O homem não pode tornar-se verdadeiro homem senão pela educação”.⁶⁰

O Projeto Político Pedagógico de uma escola tende a atender à necessidade de romper com antigas estruturas, ao tempo em que projeta novas relações que devam motivar o trabalho coletivo, com integração e afetividade, desenvolvendo a consciência crítica da criança. Consecutivamente, o sucesso da escola e o desenvolvimento exitoso das crianças na educação infantil, e em toda a história acadêmica, estão embasados na concepção de que “o aprimoramento da eficiência e da qualidade da educação pública têm sido uma força poderosa capaz de estimular o processo de mudança na forma de gerir escolas no Brasil. A participação da comunidade escolar, incluindo professores, especialistas, pais, alunos funcionários e diretor, é parte desse esforço que promove o afastamento das tradições corporativas e clientelistas, prejudiciais à melhoria do ensino por visarem ao atendimento a interesses pessoais e de grupos”.⁶¹

No PPP da escola estão enfatizados os valores que devem ser alcançados: respeito, responsabilidade, união e amor. Considerando que esses valores são indispensáveis para a formação e o exercício da cidadania, ressalta-se, ainda, a importância das práticas inovadoras dos professores, a participação de uma gestão democrática e a presença dos pais de maneira efetiva no processo de construção do conhecimento psico e cognitivo da criança.

Os conceitos anteriormente pontuados, e que constituem valores defendidos pelo CMEI Nossa Senhora da Paz, estão implícitos no objetivo geral da instituição:

Promover uma educação infantil de qualidade por meio de ações educativas voltadas para a transmissão e construção do conhecimento, integração escola/comunidade e desenvolvimento físico, mental e social, que favoreça a formação global de cidadãos críticos, capazes de agir na transformação da sociedade.⁶²

O objetivo explicitado apresenta, na sua estrutura ideológica, aspectos concernentes a uma postura moral e ética, uma vez que lança como propósito a formação do indivíduo tanto

⁶⁰ KANT, Immanuel. **Doutrina do Direito**. Trad. Edson Bini. São Paulo: Ícone, 1993. (Fundamentos do Direito).

⁶¹ LÜCK, Heloisa. **Liderança em gestão escolar**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

⁶² Projeto Político Pedagógico – PPP Escola Municipal Nossa Senhora da Paz, s/n p.

na sua dimensão intelectual como humana e social. Nesta esfera estão implícitos os objetivos estratégicos, que são relatados a seguir:

1. Realizar encontros pedagógicos e oficinas voltadas para a qualificação dos profissionais do CMEI.
2. Fornecer uma assistência à saúde física e psíquica da criança.
3. Facilitar a interação família, criança e CMEI.
4. Favorecer situações de interação social e afetiva.
5. Realizar atividades educativas, visando desenvolver na criança o aspecto psicomotor.
6. Estimular na criança a visão crítica de mundo através de uma metodologia diversificada.
7. Desenvolver a criança no aspecto cognitivo de linguagem oral e escrita.

As Metas:

1. Estimular em 100% das crianças no decorrer de quatro anos uma visão crítica de mundo.
2. Realizar atividades educativas que favoreçam o desenvolvimento do aspecto psicomotor em 70% das crianças no período de quatro anos.
3. Desenvolver em 90% das crianças a linguagem oral e escrita no decorrer de quatro anos.
4. Desenvolver em 80% a interação social e afetiva no decorrer de quatro anos.
5. Aumentar em 90% a participação da família no CMEI ao longo de quatro anos.
6. Propiciar assistência à saúde física e psíquica a 100% das crianças no decorrer de quatro anos.
7. Qualificar 100% dos profissionais do CMEI em 6 (seis) encontros anuais, visando oferecer formação continuada.

Nos objetivos apresentados no PPP da escola, fica explícito que os gestores pedagógicos, em conjunto com os docentes, realizam uma busca constante a fim de viabilizar condições para o desenvolvimento de uma política educacional baseada na ética, possibilitando a estruturação de uma gestão democrática e participativa que proporcione condições para o desenvolvimento das potencialidades do educando.

O eixo norteador da escola recai sobre o analfabetismo, que atinge não só os adultos, mas também as crianças. Muitas vezes, alguns dos pais, devido à baixa escolaridade que possuem, não estimulam a ida da criança para a escola desde a idade dos três anos, quando se

tem o início da educação infantil, que é primordial para o desenvolvimento integral da criança. Para reafirmar essa situação, o PPP da escola ressalta o seguinte texto:

[...] pois esta facilita a aprendizagem, colabora para uma boa saúde mental, prepara um estado interior fértil, facilitando o processo de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento, possibilitando as crianças integrar-se à sociedade de forma crítica e dinâmica, beneficiando também o processo de aquisição da leitura e escrita.⁶³

Lembramos que essa CMEI atende a uma comunidade carente que surgiu de ocupação, sendo, portanto, um projeto que ampara pessoas em situação de risco com vistas às transformações social, cultural, política e econômica.

Cientes da importância da função transformadora, o corpo profissional orienta-se por valores éticos e humanos. Assim, tem-se um processo no qual todas as crianças obtêm oportunidade de acesso a conhecimentos, valores e meio de vida de maneira prazerosa e lúdica, valorizando as brincadeiras espontâneas, o conhecimento dos limites e o alcance de suas potencialidades, bem como o desenvolvimento de competências e habilidades individuais e sociais.

Nessa perspectiva, o Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz pretende desenvolver práticas pedagógicas referendadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Esse trabalho é realizado a partir de um espaço de cuidado e educação, organizado e planejado para atender a crianças de 3 anos a 5 anos. Essa instituição, por ser também cultural histórica e socialmente constituída, vem modificando suas ações visando atender às reais necessidades da comunidade, visto que, no momento atual, é reconhecida pela comunidade em geral como necessária à formação da criança.

Vale ressaltar que tamanho reconhecimento é fruto de conquistas e desenvolvimento de metas que configuram esforços de diferentes segmentos: movimentos sociais organizados, práticas inovadoras de professores, produção do conhecimento acadêmico e outras que colaboram na realização da inserção social. Em síntese, as práticas Pedagógicas são desenvolvidas com a finalidade de propiciar ao educando de 3 anos a 5 anos a interação social dentro de um contexto de justiça amplamente definido pelos segmentos da sociedade.

Hoje, o centro atende não só crianças do bairro, mas também das adjacências. E, para que essa instituição possa oferecer alternativas de melhorias aos alunos e à comunidade, são realizadas ações socioeducativas que buscam auxiliar na construção de valores éticos. O

⁶³ Projeto Político Pedagógico – PPP Escola Municipal Nossa Senhora da Paz, s/n p.

centro é mantido por meio de um convênio entre a Fundação Nossa Senhora da Paz e a SEMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura) e recebe, ainda, recursos federais.

Nesse âmbito, todas as ações são desenvolvidas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e a LDB 9394/96, que reconhece no seu artigo 29 que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica. E compete à escola a busca por situações de interação social para que a criança consiga, em situações futuras, resolver alguns conflitos de maneira segura e equilibrada.

A organização escolar do CMEI Nossa Senhora da Paz é administrada por uma diretora administrativa, uma diretora adjunta, uma coordenadora pedagógica, uma secretária e auxiliares administrativos. O estabelecimento funciona seguindo os princípios da gestão escolar democrática, respeitando os interesses de todos os envolvidos – pais, alunos, educadores e funcionários. É importante frisar que esse público participa ativamente da elaboração, execução e avaliação do Projeto Pedagógico do centro. Além da comunidade escolar, o CMEI conta com a participação de parceiros e voluntários na execução dos objetivos, metas e ações previstas no P.P.P, cujos nomes e ações estão claramente definidos no projeto Parcerias e Voluntariado: ferramentas valiosas para a educação. Em meio a tantas atividades, ainda são executados na escola os Projetos: Livros Abertos e família Brasileira Fortalecida pela Educação Infantil.

A prática pedagógica da CMEI Nossa Senhora da Paz, expressa no PPP, pauta-se numa visão crítica, dialética e emancipadora, visando à transformação da realidade, considerando que a criança precisa ser respeitada em suas diferenças individuais. Sendo assim, a instituição, em seu PPP, organiza e estrutura atividades a fim de promover e estabelecer uma educação transformadora no âmbito Social, Cultural, Político e Econômico. A gestão, a coordenação pedagógica e os professores buscam promover ações voltadas para atividades que tendem a oferecer qualidade socioeducacional para as crianças e para todos os que estão inseridos na escola e na comunidade, a citar: professores, alunos, pais etc. Tais ações são planejadas mediante a realidade da comunidade da qual a CMEI faz parte, tendo consciência da existência dos fatores de risco presentes na comunidade, suscetíveis a atrair as crianças para caminhos que as distanciem de uma vida como cidadão.

O procedimento didático desenvolvido no Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz, oferecido pela equipe pedagógica, objetiva promover uma aprendizagem significativa e uma educação emancipatória em conformidade com a realidade na qual a criança está inserida, a fim de que no futuro ela possa não somente contribuir para a transformação social, como também ser capaz de interagir em meio a situações de conflitos. É

interessante ressaltar que, para o alcance das metas, faz-se necessário o estabelecimento de estratégias exitosas pela equipe pedagógica.

O PPP da instituição busca encontrar soluções para os problemas existentes na escola. Para tanto, utiliza uma prática de gestão democrática e participativa, pois acredita que a escola é um dos pilares responsáveis pela formação do cidadão. Tal ideia é fundamentada no pensamento de Marshall, ao afirmar que “O direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva”.⁶⁴ Com essa fala, Marshall deixa bem claro que o adulto circunspecto começa a ser moldado, “fabricado”, na infância e que, nesse sentido, a escola tem um papel crucial. Assim estabelece o artigo 53 do estatuto da criança e do adolescente (E.C.A – 1990) ao afirmar que “é direito dos pais ou responsável ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais dos seus filhos”.⁶⁵ Ressaltando a importância da família como uma colaboradora no desenvolvimento do trabalho da escola, uma vez que a escola precisa da presença ativa dos pais na vida escolar da criança, pontua-se:

[...] o acompanhamento com o educando tem início mesmo antes de ser matriculado, pois para que a criança seja matriculada na CMEI ela deve morar na comunidade e muitas delas têm laços familiares desde a fundação da primeira creche. O atendimento e os cuidados com a criança vão além da escola, as famílias recebem atendimentos individuais, domiciliares e coletivos, pois muitas das crianças vivem com pais em situação de risco. Para essas famílias são oferecidas reuniões com profissionais da educação da saúde e também orientação de como aumentar a renda familiar, não esquecendo também que a questão religiosa que é muito forte na comunidade.⁶⁶

As atividades organizadas pelos professores e a equipe dos gestores da escola foram embasadas em muitos teóricos da educação, entre os quais podem ser destacados os nomes de Piaget, Paulo Freire, Vygotsky, Gardner, Perrenoud, Dewey, Brasil, Santo Agostinho e muitos outros que são referências na educação. A CMEI busca realizar um trabalho em conjunto com a comunidade ao tempo em aspira manter vivo o anseio por uma sociedade mais consciente dos direitos e deveres de todos. Nessa perspectiva, a CMEI ressaltou alguns pontos que poderia contribuir para construção uma educação melhor, sendo eles:

PAIS: A presença dos pais é de suma importância para o processo ensino aprendizagem dos seus filhos, é necessário que escola e pais estabeleçam uma ligação bem próxima e que os mesmos estejam envolvidos na vivência escolar dos

⁶⁴ MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 73.

⁶⁵ BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 10 jul. 2018.

⁶⁶ Projeto Político Pedagógico – PPP Escola Municipal Nossa Senhora da Paz, s/n p.

seus filhos e a escola também conheça a realidade na qual a criança está inserida, para que ambos possam auxiliar na formação do mesmo como um todo.

EDUCADORES: Diante da realidade que estamos vivendo se faz necessários que os professores estejam sempre buscando novas técnicas e estímulos que favoreçam o processo ensino aprendizagem e a permanência dos alunos na escola, sendo assim, a CMEI precisa ter professores que sejam pesquisadores comprometidos com uma educação transformadora capaz de transformar as crianças de hoje em cidadãos conscientes capazes de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

COLABORADORES: Em uma instituição educacional todos devem estar disponíveis para tornar o ambiente escolar propício para a prática constante da aprendizagem, por isso precisamos de colaboradores competentes e comprometidos com seu trabalho e que estejam sempre inovando, tornando o trabalho mais eficiente dentro da função que realiza na instituição.

GESTÃO ESCOLAR: Para que uma instituição tenha resultados positivos, ela precisa ser pautada numa gestão democrática e participativa. Nesse ambiente democrático e participativo, todos são responsáveis pelo crescimento da instituição na qual estão inseridos. No ambiente escolar não é diferente, essa forma de gestão estimula o trabalho coletivo e o respeito pela opinião do outro, tornando o ambiente favorável para a aprendizagem dos alunos e incentivando todos a realizarem um trabalho em conjunto.

AVALIAÇÃO: A avaliação constitui uma estratégia de acompanhamento e intervenções necessárias no desenvolvimento da aprendizagem da criança, a avaliação se dá através de registros diários sobre as habilidades já alcançadas pela criança. Com base nessas informações será elaborado um relatório que descreverá as atividades realizadas, os resultados obtidos pelas crianças e sugestões de como pais e educadores poderão juntos levar a criança a obter melhores resultados no que se refere ao processo ensino aprendizagem, a fim de que os objetivos sejam alcançados de acordo com sua faixa etária de desenvolvimento.⁶⁷

Fazendo uma análise crítica do PPP da CMEI Nossa Senhora da Paz, ficou explícito que existe um empenho muito grande por parte de toda comunidade escolar em manter uma educação de qualidade voltada para a forma da criança como um todo. Além disso, foi possível perceber que existe uma preocupação com a oferta de formação continuada aos professores, de modo que eles inovem a prática pedagógica. E, mesmo em meio às diversas dificuldades enfrentadas pela CMEI, os gestores se dedicam a realizar um trabalho coeso, segundo o qual todos se empenham em amenizar ou resolver os problemas que ocorrem na instituição. Tal situação de cooperação somente é possível porque há uma gestão democrática e participativa em prol de uma educação de qualidade capaz de formar cidadãos éticos responsáveis por uma sociedade melhor.

3.3.2 A influência do planejamento na formação ética do educador

Em meio às mudanças que cotidianamente ocorrem na sociedade atual, há quem culpabilize a escola e os professores pelos altos índices de adolescentes e adultos com atitudes

⁶⁷ Projeto Político Pedagógico – PPP Escola Municipal Nossa Senhora da Paz, s/n p.

distorcidas. À vista disso, o saber da escola e a prática pedagógica tornam-se os responsáveis pela falta de interesse de muitos em permanecerem na escola. No entanto, tais atribuições não recaem somente sobre escola ou professores, mas à sociedade como um todo, composta pela família, escola e o poder público, sendo estes os responsáveis pela formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Dentre os inúmeros projetos lançados pelo poder público, a fim de favorecer uma educação de qualidade, estão as escolas integrais e o incentivo à formação continuada. Esses dois itens são corresponsáveis por transformações no âmbito da política educacional. A Nossa Senhora da Paz ambiciona formar o educando com base nos preceitos éticos indispensáveis para a vida em sociedade, e tal proposta só é possível porque há uma preocupação com a formação continuada do professor, com o processo ensino aprendizagem e com a participação dos pais na educação e formação dos filhos. Para tanto, com vistas ao alcance de tais objetivos pela CMEI, são utilizados planejamentos que norteiam toda a prática e o funcionamento da sistemática de ensino aprendizagem.

O planejamento é uma ferramenta essencial que norteia e determina os objetivos a serem alcançados em curto, médio e longo prazo. Além disso, é responsável por administrar recursos financeiros de modo a atender, dentro do possível, às necessidades de todas as ações educativas que integram o processo ensino aprendizagem e a formação integral do educando e do educador. Portanto, o planejamento não pode ser organizado por uma única pessoa, para que ele possa atender a todos, faz-se imprescindível a participação do público que integra a escola, formado por gestores, professores, funcionários, alunos e representações de pai e/ou membros da comunidade. Em uma visão mais ampla, percebe-se que é através do planejamento que se constrói uma definição filosófica da educação, norteia, assim, as ações de maneira organizada e benéfica para o desenvolvimento do processo educativo.

A escola que adota a prática de um planejamento participativo requer a interação dos gestores, coordenadores pedagógicos e professores desde a elaboração desse documento, pois o planejamento norteia a linha de pensamento e ação que se pretende atingir, proporciona a uniformização dos objetivos em planejamento e garante à escola um bom funcionamento administrativo. Aos docentes e discentes, o planejamento possibilita a realização de atividades que favorecem o processo de ensino como também a construção da identidade escolar. Conforme aponta Martinez, o planejamento é algo funcional e necessário para o alcance de objetivos.

Entende-se por planejamento um processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego dos meios materiais e dos recursos humanos disponíveis,

a fim de alcançar objetivos concretos, em prazos determinados e em etapas definidas, a partir do conhecimento e avaliação científica da sua situação original.⁶⁸

Para o autor, é indiscutível a necessidade de planejar, e essa necessidade pode ser vista ou prevista, pois é através do planejamento que há um agir concreto sobre algo que se planejou.

Na CMEI Nossa Senhora da Paz os professores reconhecem a importância do ato de planejar e participam de forma ativa na elaboração do documento, os profissionais concebem o planejamento como uma ferramenta indispensável para o processo ensino aprendizagem. Durante a elaboração do planejamento existe a preocupação com o estabelecimento de uma relação entre os conteúdos e a realidade educacional na qual está inserido o educando. Dessa maneira, o planejamento deve relacionar os conteúdos com a realidade educacional a fim de favorecer o processo ensino aprendizagem.

Nessa perspectiva, a formação do professor deve estar voltada para a construção de uma escola que priorize conteúdos aliados à realidade do educando. Portanto, a práxis professor, escola e família é responsável pela formação ético/política do futuro cidadão, como também pela construção do senso crítico/reflexivo da criança e do jovem. A principal função da educação é favorecer o desenvolvimento e o fortalecimento de um novo homem capaz de construir uma sociedade mais igualitária e consciente do seu papel como agente transformador da sociedade.

No contexto de transformações da sociedade, é pertinente que se conceba um novo perfil para atuação do professor, não há mais espaço para uma prática docente na qual o professor não se atente para as peculiaridades/heterogeneidade dos alunos. A escola, em conjunto com o professor, funciona como agente transformador, mas cabe ao professor adotar metodologias capazes de despertar o interesse do aluno em aprender. Além disso, o professor deve ver em si mesmo um profissional capaz de construir seu fazer pedagógico numa prática transformadora obedecendo a um processo contínuo de reflexão sobre a ação:

A formação deve estimular uma perspectiva reflexivo-crítica, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo que facilite as dinâmicas de autoformação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e projetos próprios; com vista à construção de uma identidade que é também uma identidade profissional.⁶⁹

É importante enfatizar que a formação do professor deve estar embasada em valores éticos, ao tempo em que também se incumbe de nortear o processo de ensinar/aprender e

⁶⁸ MARTINEZ, M. J; LAHORE, C. Oliveira. **Planejamento escolar**. São Paulo: Saraiva, 1977. p. 11.

⁶⁹ NÓVOA, 1992, p. 25.

formar indivíduos capazes de atuar na sociedade, promovendo relações com base em valores individuais e coletivos. Portanto, a formação ética é essencial na formação profissional do professor, além de servir como base para o aluno.

Conforme Tardif, o pensar a formação do professor implica, portanto, pensar que o exercício da docência requer a mobilização de vários tipos de saberes: saberes pedagógicos, reflexão sobre a prática educativa mais ampla; saberes das disciplinas, envolvem os vários campos do conhecimento e concretizam-se pela operacionalização dos programas; saberes curriculares, selecionados no contexto da cultura erudita; e os saberes da experiência, constituem-se saberes específicos que emergem do exercício da atividade profissional.⁷⁰

Diante do que já foi explicitado sobre planejamento escolar na CMEI Nossa Senhora da Paz, entende-se como uma necessidade que se conheça o processo de planejamento nessa unidade de ensino. O planejamento na CMEI acontece em fases distintas, sendo que se inicia pelo planejamento com os docentes e os gestores, em sequência ocorre o planejamento quinzenal com um grupo composto apenas por coordenadores e docentes e, por fim, tem-se o planejamento individual, que ocorre semanalmente, fase em que cada professor avalia as competências e habilidades que deseja alcançar ao término de cada unidade didática.

O planejamento é uma sucessão de etapas necessárias com o propósito de chegar-se a uma ação concreta. Por esse ângulo, o planejamento mensal funciona como um encontro pedagógico no qual gestores e docentes buscam, através do conhecimento da realidade da instituição, estabelecer que objetivos deve-se alcançar. Na mesma oportunidade, são estabelecidas as discussões sobre quais projetos curriculares, sociais e culturais deverão ser realizados a fim de promover a integração entre toda comunidade escolar.

O planejamento semanal ocorre com todas as professoras titulares, professoras auxiliares e a coordenadora da educação infantil. Nesses momentos, as ações que serão realizadas durante o mês são planejadas, assim como são discutidas aquelas que ainda estão em fase de elaboração ou em andamento. Vale ressaltar que durante o tempo de observação ficou evidente o objetivo da escola de realizar um trabalho participativo ativo envolvendo toda comunidade escolar (professores, gestores, funcionários, alunos e pais).

No decorrer da semana, cada professor desfruta de um momento individual com a coordenadora, são nesses encontros que o docente apresenta as atividades curriculares a serem aplicadas no transcorrer da semana, sendo estas necessárias para o processo ensino

⁷⁰ TARDIF, M.; LESSARD, C.; LAHAYE, L. Esboço de uma problemática do saber docente. **Teoria & Educação**, v. 1, n. 4, p. 215-253, 1991.

aprendizagem da criança. Além disso, o profissional também expõe observações acerca do avanço de cada criança, ou mesmo sobre alguma conduta que necessite de um acompanhamento psicopedagógico e/ou da participação mais ativa dos pais.

O planejamento no Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz tenciona realizar uma prática pedagógica que favoreça a integração e a participação de todos os envolvidos. Logo, é possível afirmar que o planejamento da instituição de ensino citada nesta dissertação tem como embasamento a práxis educacional (reflexão, ação e transformação), obedecendo a uma prática escolar firmada nos segmentos que compõem a base curricular nacional de ensino.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

O terceiro capítulo expõe uma análise dos resultados obtidos no decorrer da pesquisa realizada no segundo semestre do ano letivo de 2016 e no primeiro semestre de 2017, no Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz, no bairro Vila da Paz, localizado no município de Teresina, no Estado do Piauí. Vale ressaltar que a pesquisa obedece a um caráter documental, realizada através de leituras de documentos, quais sejam a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9394/96 e o Projeto Político Pedagógico da Escola – PPP.

A título de informação, a pesquisa abordada nesta dissertação é caracterizada como básica, já que remete à busca por novos conhecimentos que poderão fundamentar outras pesquisas científicas. Sem prever aplicação prática, o estudo em questão poderá ter grande relevância para a aquisição de novas informações, tal como aponta Appolinário, ao afirmar que a pesquisa de natureza básica propõe o avanço do conhecimento científico.⁷¹

Realizar uma abordagem acerca da importância da gestão escolar para a construção de valores éticos na prática pedagógica dos docentes da educação infantil configura como meta de estudo nesta dissertação. A escolha pela instituição decorreu da referência da escola em qualidade de ensino na construção de valores éticos para a prática pedagógica dos seus docentes e, ainda, na formação do educando em sua totalidade no processo de educação básica no bairro Vila da Paz, no município de Teresina, estado do Piauí.

A temática abordada no estudo tem caráter qualitativo. Segundo Triviños, esta se caracteriza por ter como base a fundamentação teórica geral acerca da temática abordada, ou seja, não segue uma sequência tão rígida quanto uma pesquisa quantitativa.⁷² Nesse enfoque, o pesquisador tem como objetivo analisar a coleta dos dados individualmente. Para Neves, a pesquisa qualitativa é: “[...] um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tendo por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social [...]”. Sendo assim, a pesquisa qualitativa não é resumida a construções de dados que estabeleçam resultados estáticos numéricos definidos tais como uma fórmula pronta com resultados já

⁷¹ APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

⁷² TRIVIÑOS, A. N. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

preestabelecidos. Não há obtenção de resultados matemáticos quando os seres humanos são envolvidos no contexto social. Numa abordagem qualitativa, o ambiente natural é base para a realização da coleta de dados capazes de tornarem compreensíveis os fenômenos que envolvem a relação entre a ação do homem e o meio o qual está inserido.⁷³ A observação simples e direta, os relatos de vida, a leitura de documentos e a entrevista com alguns envolvidos foram as técnicas utilizadas na abordagem qualitativa da instituição de ensino pesquisada. Para que houvesse acesso a todas as informações necessárias para tal estudo, contou-se com a devida autorização do Centro de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz.

Nessa perspectiva, Rodrigues e Limena definem a abordagem qualitativa como:

Quando não emprega procedimentos estatísticos ou não tem como objetivo principal abordar o problema a partir desses procedimentos. É utilizada para investigar problemas que os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar, em virtude de sua complexidade. Entre esses problemas, poderemos destacar aspectos psicológicos, opiniões, comportamentos, atitudes de indivíduos ou de grupos. Por meio da abordagem qualitativa, o pesquisador tenta descrever a complexidade de uma determinada hipótese, analisar a interação entre as variáveis e ainda interpretar os dados, fatos e teorias.⁷⁴

A pesquisa ora apresentada foi efetuada em duas etapas distintas, na primeira realizaram-se leituras bibliográficas que legitimaram o tema em questão. Com isso, sobrevieram as coletas de relatos que embasaram a elaboração do conceito sobre ética, gestão democrática e participativa, conceitos relevantes para o estudo. Conseqüentemente, as concepções de muitos teóricos ampararam a consolidação e o embasamento do referencial em foco.

A análise e a leitura de documentos da escola, como o Projeto Político Pedagógico (PPP), assim como as observações realizadas durante os planejamentos escolares, foram utilizadas na segunda etapa, a considerar-se que são indispensáveis já que retratam o contexto histórico e cultural da instituição de ensino referenciada. Ademais, a análise documental, segundo Cellard, constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais, por se tratar de um instrumento de estudo recente construído com base em relatos no campo de da pesquisa.⁷⁵

⁷³ NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**, FEA-USP, São Paulo, v. 1. n. 3. 2º sem., p. 1-5, 1996. PLYE, Pierre et al. Les methods mixtes. In: RIDDE, Valéry; DAGENAIS175 (Org.). **Aproches et pratiques en évaluation de programme**. Canada: Les presses de l'Université de Montréal, 2012. p. 123-141.

⁷⁴ RODRIGUES, Maria Lucia; LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti (Orgs.). **Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas**. Brasília: Líber Livros Editora, 2006. p. 90.

⁷⁵ CELLARD, 2008, p. 295.

Uma pesquisa de campo, para ser legitimada, requer que sejam seguidos procedimentos já percorridos antes em outras pesquisas. Segundo Lakatos e Marconi compreendem o levantamento e delimitação do tema, formulação do problema, determinação dos objetivos geral e específicos, justificativa, fundamentação teórica, metodologia, coleta de dados, análise e discussão dos resultados, conclusão dos resultados e, finalmente a redação e apresentação da pesquisa.⁷⁶

Para a realização da análise dos resultados do estudo em questão, necessitou-se, antes, que fossem seguidos atentamente os procedimentos para a elaboração e a execução da pesquisa. Sendo assim, considerando-se que os procedimentos foram contemplados e os dados coletados foram suficientes, seguiu-se com a construção dos resultados relacionados à temática.

4.1 Ética no Contexto da Escola Pesquisada

Conforme mencionado anteriormente, o objetivo geral dessa dissertação reside na avaliação do modo como a gestão escolar e a ética podem influenciar na prática pedagógica dos docentes da Educação Infantil na CMEI Nossa Senhora da Paz. Para atingir esse propósito, foram realizadas visitas, entrevistas e observações não participativas nos planejamentos e projetos (alguns em andamento e outros em fase de elaboração) realizados na instituição. Somando-se a isso, fez-se também a leitura do PPP da escola e de outros documentos, caracterizando a pesquisa como documental.

À vista disso, teve-se como elemento norteador da pesquisa a investigação de como acontecem a participação da gestão e da ética enquanto influenciadoras ou empecilhos na prática pedagógica dos docentes na CMEI Nossa Senhora da Paz. Além disso, observou-se a associação de tais conceitos junto à formação de homens e mulheres competentes e éticos.

Na CMEI Nossa Senhora da Paz, os gestores prezam por uma conduta ética buscando sempre manter o equilíbrio e a harmonia entre toda comunidade escolar (professores, funcionários, alunos, pais e colaboradores) a fim de obter resultados positivos através de trabalho coletivo e próspero. Inclusive, em determinada visita realizada na escola entre o mês de agosto e setembro de 2016, momento em que estava sendo realizado o projeto com o tema voltado para o respeito à pátria e à cidadania, observou-se o envolvimento e o empenho de todos os envolvidos no trabalho, desde a elaboração até a execução do projeto. A presença

⁷⁶ LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

da coordenação e do gestor da CMEI era constante, auxiliando e orientando as atividades a serem realizadas. Sendo assim, foi possível observar que nessa CMEI a prática da gestão democrática e participativa esta atrelada à ética, o que agrega tamanha diferença nos bons resultados da referida instituição de ensino.

As ações dos professores também foram observadas numa visita realizada durante a reunião pedagógica, no mês de março 2017, quando se identificou a boa relação entre professores e gestores. Durante o encontro, os professores expuseram sugestões para realizações de projetos de cunho sócio-político e cultural e práticas pedagógicas que favorecessem o processo ensino aprendizagem. Concomitantemente, professores e gestores buscavam formas de instigar os pais a fim de que estes mantivessem maior aproximação da escola. Ao longo de todo o ano a instituição se mobiliza a fim de que as ações planejadas sejam realizadas e a escola efetive, assim, as atribuições de promover a aprendizagem dos alunos e de auxiliar no processo de formação ético, social, política e cultural.

É relevante frisar que todas as observações até então empreendidas são oriundas da leitura de documentos e de observação de eventos presentes na escola, a citar atas de reuniões, projetos realizados, PPP, entrevistas com os gestores, professores, pais, colaboradores da escola. Além disso, evidencia-se a relevância do produto das observações transcorrido das visitas realizadas durante o tempo da pesquisa, durante as quais se observou a presença muito forte de ações influenciadoras nos aspectos éticos que regem a escola.

4.2 Como trabalha a Escola

O Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz, desde a sua fundação, configura enquanto protagonistas a formação religiosa e ética do educando e do demais envolvidos na comunidade escolar, que não comunga da ideia de que possa existir uma sociedade alheia aos preceitos éticos e religiosos. Sendo assim, a escola se empenha na prática de realizar um trabalho ressaltando a importância de cada ser como agente transformador da sociedade. E essa transformação tem início no âmbito familiar, sendo posteriormente propagada na escola, segundo grupo social do qual o sujeito participa. Logo, é, portanto, a escola a responsável em promover projetos capazes de envolver toda a comunidade escolar com vistas à inclusão.

Nesse aspecto, notabiliza-se na escola a preocupação em oferecer uma formação completa ao educando, que vai desde a formação para ser cidadão ao ensino de qualidade a todos. Amparando tal objetivo, gestores e professores da instituição, ao construírem o PPP da

escola, ressaltaram a importância da ética enquanto norteadora para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. No entanto, faz-se imprescindível a compreensão de que a ética é a reflexão crítica sobre a moral. Vale ressaltar que, nesta pesquisa, ética e moral são usadas como palavras sinônimas. Nessa lógica, Rios afirma que o conceito de ética e de moral se confundem ou se identificam. Tamanha proximidade semântica não ocorre de modo alienado. Recorrendo à origem etimológica das palavras, encontram-se os vocábulos *ethos* (grego) e *more* (latino). Ambos significam costumes, jeito de ser.⁷⁷ Na concepção de Vázquez, a moral é um conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos em dada comunidade social. Sendo assim pode-se afirmar que, filosoficamente, os termos possuem sentido distinto.⁷⁸

Fundamentando-se nos embasamentos teóricos apresentados, o PPP do Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz está subsidiado nos conceitos de ética e moral. Partindo desses conceitos é que a instituição oferece condições necessárias para que os educadores sejam capazes de contribuir com a efetivação do exercício de cidadania dos educandos, de modo que estes sejam capazes de interagir em sua comunidade ou em outras das quais possam a vir fazer parte.

Tornou-se evidente, durante a visita, que a gestão prima pela maneira ética, a fim de influenciar positivamente a prática pedagógica dos docentes. Atrelado a isso, a mesma gestão, conjuntamente, dedica-se à manutenção da proximidade com os docentes, para que tenham uma relação de confiança. É compreensível essa relação, principalmente, no momento do planejamento escolar, quando todos participam e discutem as questões que envolvem a conduta ética dos alunos e o trabalho realizado pelos membros da escola. Vale ressaltar que, no que concerne à aspiração pelo bom rendimento da instituição, há comprometimento conjunto entre os envolvidos no âmbito escolar, deixando claro que o fazer ético guia a comunidade acadêmica no intuito de que educadores e educandos sejam sujeitos atuantes coerentemente no meio político e social.

Em contrapartida, é notório que a CMEI, mesmo com a participação de todos os envolvidos nesse processo de formação do ser humano em sua totalidade, ainda não conta de maneira satisfatória com a participação dos pais. A não assiduidade dos responsáveis tem parcela significativa no desânimo de alguns alunos, pois, mediante a participação da família a criança constrói a autonomia do agir numa perspectiva crítica e participativa. Outro aspecto

⁷⁷ RIOS, 2011.

⁷⁸ VASQUEZ, A. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 25.

que merece aperfeiçoamento é a exiguidade de recursos financeiros, culminando em alguns desconfortos durante o planejamento de uma ação que requer investimentos financeiros maiores. Observando tais situações, é nítido que a CMEI articula projetos interativos interligados aos vários seguimentos que compõem as dimensões escolares.

A formação do professor, assim como a do aluno, necessita do embasamento ético, pois este auxiliará a busca de soluções para problemas presentes no cotidiano escolar. Além disso, é recomendável a consideração das dimensões que estão centradas na gestão democrática e participativa e a importância do estabelecimento de um vínculo entre os projetos realizados no decorrer do ano na escola. Tais projetos devem correlacionar-se com o desenvolvimento humano para além da materialidade e do racionalismo.

Em linhas gerais, a gestão democrática e participativa acontece em todos os seguimentos da escola, tanto no que diz respeito diretamente aos professores, como aos alunos, pais ou funcionários da escola. Esse público tem seus direitos resguardados, o que estimula a prática da autonomia desenvolvida na medida em que os direitos são respeitados. Ações como as exemplificadas, demonstram a importância do trabalho coletivo para construção de uma sociedade mais justa. A presença da ética resulta, sobretudo, do exercício da liberdade e da autonomia, deflagrando ações de caráter coletivo.

4.3 Pedagogia de Projetos Educativos

4.3.1 Projetos educacionais X autonomia escolar no Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz

A prática do trabalho com projetos educacionais dentro da escola teve início após os anos 1980, essa vivência proporciona conhecimentos diversos, incentiva o trabalho coletivo e também estimula o exercício da gestão democrática e da autonomia na escola. Salienta-se que a prática da ética se faz presente nas ações de todos que integram na comunidade escolar e primam tanto pela qualidade do ensino aprendizagem como pela efetivação de uma política educacional focada na formação do cidadão como um todo.

A CMEI Nossa Senhora da Paz faz uso da sua autonomia para elaborar e executar, de maneira participativa, os projetos educativos articulados à prática pedagógica. Esta, no que lhe diz respeito, é voltada para dimensões políticas da educação que integram a criação de novos saberes estendidos desde a instituição escolar aos saberes da vida em sociedade.

Estando de acordo com o exposto, os projetos educacionais realizados na CMEI se empenham a consolidar ações que envolvam a gestão escolar, os professores, os funcionários, os alunos, os pais dos alunos e demais membros da comunidade, a fim de que os projetos se excedam os muros da escola. Posto isso, acentua-se que a escola cumpre a função de transmissora do saber sistematizado e capaz de auxiliar na construção de uma sociedade aberta e democrática, como afirma Cunha.⁷⁹

É significativo acentuar que os projetos educacionais propostos pelo Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz alvitram um paralelo entre educação, cultura, sociedade e os diferentes segmentos que compõem a escola. Nesse ponto, os projetos realizados na escola objetivam levar os educandos a uma reflexão crítica sobre os valores éticos fundamentais para a formação do sujeito enquanto cidadão.

4.3.2 Os projetos educativos do Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz

No decorrer do ano letivo são realizados diversos projetos educacionais, entre os quais se destacam as comemorações das datas históricas, religiosas; e os planos voltados para o processo da aquisição da leitura e da escrita. Em comum, todos intencionam a prática educativa em sua totalidade. Sabe-se que por um determinado tempo as crianças menores de 6 anos iam à escola apenas para brincar, não se cobrava dos professores formação específica para atuarem como educadores na educação infantil e não havia a preocupação com a formação das crianças, o que se priorizava era apenas o cuidar; algo bem distante do educar.

Vale ressaltar que foi através da LDB que a Educação Infantil passou a fazer parte da Educação Básica. Com essa mudança, iniciaram-se diversas alterações no perfil de formação das crianças menores de 6 anos. Doravante, não bastava apenas ter apreço pelo cuidado com a criança, seria necessária formação superior para atuar como educador na educação infantil. Junto a essa exigência, surgiram também a Proposta Pedagógica, o Referencial Curricular e os PCN's para a Educação Infantil. Sobre essa questão, ressalta a LDB:

Art. 3º As Instituições de Educação Infantil devem promover em Suas Propostas Pedagógicas práticas de educação e cuidados que possibilitem a integração entre os

⁷⁹ CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

aspectos físicos, emocionais, afetivo cognitivos/lingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível.⁸⁰

Nesse contexto, a educação Infantil passa a ser vista não como um artigo de luxo, mas como um direito a todas as crianças brasileiras.

A CMEI Nossa Senhora da Paz, em sua proposta pedagógica, busca ressaltar a importância de estimular a capacidade das crianças e de favorecer a formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as potencialidades nelas presentes, tudo isso associado à liberdade. Além disso, o centro deseja fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade. E, ainda, pretende desenvolver as capacidades de expressão e comunicação de tal público-alvo, assim como a imaginação criativa e o estímulo à atividade lúdica, inculcando hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e coletiva.

Para o RCN, a Educação Infantil tem como principal objetivo criar condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças, considerando, também, as possibilidades de aprendizagem que elas apresentam nas diferentes faixas etárias. Mas, para que isso ocorra, faz-se necessária uma atuação que propicia o desenvolvimento de capacidades, envolvendo aquelas de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social.

Em meio aos projetos realizados pela CMEI, há aqueles que visam à instrução e à aproximação da família com a escola. E, com o processo, tais projetos buscam aproximar os pais da escola, oferecendo-lhes novos conhecimentos. Para tanto, são promovidas palestras com profissionais como psicopedagogos, assistentes sociais, psicólogos, médicos, entre outros. De acordo com a participação dos pais nesses eventos, foi possível observar que a presença deles na escola estabelece uma relação de cumplicidade com trabalho pedagógico realizado com as crianças, já que interfere no bem estar destas.

Na CMEI há uma preocupação com a formação integral do aluno, iniciada na infância. Tal afirmação está pautada na análise de alguns dos projetos realizados pela instituição, tais como os projetos da Semana da Pátria e o da Semana do Livro.

O projeto realizado na semana da Pátria faz toda a diferença dentro da escola e na vida das crianças que dele participam, pois proporciona às crianças o conhecimento acerca da história do Brasil. Além disso, esse projeto ressalta tanto a importância das ações positivas de todos na construção de um país melhor, como o respeito aos direitos da sociedade. O projeto

⁸⁰ BRASIL, 1995, art. 3 da LDB 9131/95.

da Semana do Livro tem como referência Monteiro Lobato, os clássicos infantis e as fábulas. Nesse projeto, as histórias são recontadas pelos professores e interpretadas pelas crianças. Ainda, são realizadas pequenas oficinas de teatros, tudo com o objetivo de levar as crianças a conhecerem os diferentes gêneros textuais, interpretar as mensagens que os textos transmitem e auxiliar na construção de valores éticos na formação do educando.

Novamente, salienta-se que os projetos realizados e articulados no Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz envolvem toda a comunidade escolar numa perspectiva de articular os que estão envolvidos no processo de formação do educando de maneira integral. Nisso, os gestores são grandes colaboradores no incentivo à formação continuada dos professores, por acreditarem que é por meio da aquisição de novos conhecimentos que se possibilita, de maneira indireta, uma boa prática pedagógica dos docentes. Sendo assim, os projetos realizados buscam estabelecer uma relação entre o processo ensino aprendizagem e as múltiplas realizações que dele são desencadeadas. Nessa perspectiva, pode-se ter um aluno crítico capaz de atuar como agente transformador da sociedade.

A promoção de projetos educacionais trabalhados no Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz funciona como instrumento facilitador da interdisciplinaridade na escola, cabendo, portanto, ao professor, sob a orientação da coordenação, a construção de conhecimentos diversos partindo da temática escolhida para a elaboração do projeto. Sendo assim, será oferecida às crianças uma aprendizagem significativa, uma vez que elas têm a possibilidade de estabelecer relação entre o saber didático, trabalhado pela escola, e de expandir o conhecimento para as áreas motora, afetiva, social etc.

Através das observações feitas no transcorrer das visitas realizadas na CMEI, foi possível perceber que as ações realizadas eram articuladas nos planejamentos através de leituras sobre o tema a ser trabalhado no projeto. No que tange aos aspectos teóricos, notou-se o embasamento em autores como Piaget, Wallon, Vygotsky, Paulo Freire e outros que muito contribuíram para o desenvolvimento da aprendizagem integral da criança.

5 CONCLUSÃO

As considerações expostas na dissertação possibilitaram a construção de dados que figuram como resultados das observações realizadas durante o período de investigação. A justificativa pela escolha do tema se fundamentou na compreensão de que, na realidade atual, a gestão escolar e a prática dos docentes recebem influência de vários seguimentos. A gestão escolar e a prática pedagógica orientada por valores éticos são a base para a construção de uma sociedade mais consciente. Nesse sentido, as ideias presentes nessa dissertação foram embasadas a partir da leitura de alguns teóricos, entre eles podem ser citados Alonso, Luck, Santos.

A política educacional brasileira atende a diversos segmentos, social, familiar e educacional, com o objetivo de realizar uma educação de qualidade acessível para todos. Sendo assim, faz-se necessário o entendimento de que as ações éticas são necessárias para que a gestão democrática e participativa redirecione os conceitos da administração escolar, que até então era norteadas pelas ideias de Taylor e Fayol. Tais mudanças foram necessárias para que surgissem metodologias inovadoras capazes de promover a construção de uma escola democrática associada à prática pedagógica e ao favorecimento do processo de ensino-aprendizagem.

No Brasil, as reformas ocorridas na política nacional influenciaram na estruturação da política educacional. Tais mudanças tiveram início com a promulgação da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (Lei nº 9394/96) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990. Tais referências legais influenciaram na estruturação e reforma na política educacional.

É notável a presença de inúmeras mudanças na gestão escolar. Nesse sentido, para que haja educação de qualidade e uma prática pedagógica embasada nos princípios de ética, faz-se necessário o estabelecimento de ações que promovam a consciência ética, a aplicabilidade e a legitimidade dos direitos de todos em relação à educação gratuita e qualidade.

No primeiro capítulo desta dissertação, a fundamentação teórica aborda, em sentido geral, essas mudanças e a construção de uma vida democrática, pautada nos princípios éticos, na educação promissora, eficiente e eficaz, capaz de favorecer ao indivíduo a sua formação ética e intelectual. A educação deve promover o desenvolvimento do indivíduo como cidadão livre-pensante, capaz de buscar o bem comum e a realização individual.

A base teórica em relação ao conceito de ética formulado na dissertação foi consolidada a partir da análise das concepções de Aristóteles, Cortella e Immanuel Kant. Com a literatura da área, permitiu-se compreender que, de maneira mais clara, o princípio de respeito ao ser humano. A questão a ser observada no cerne da sociedade legitima o ideal de realização pessoal e construção do agir humano na busca do bem comum e da realização individual. Reafirma-se a necessidade da consolidação de uma política social firmada na valorização do indivíduo e no respeito às normas e regras em geral.

A concretização de uma política educacional democrática e participativa, tendo como princípio norteador a prática pedagógica embasada nos princípios éticos, possibilita a prática de uma educação de qualidade que oportuniza aos educandos condições desenvolvimento de sua autonomia. Em meio a toda essa ocorrência é que se constrói um conjunto de elementos que têm como preceito maior a consolidação de uma educação ética visando ampliar a formação e o exercício pleno da cidadania da democratização e participação na escola. Assim, observa-se que a gestão escolar tem papel fundamental na construção de valores éticos na prática pedagógica dos docentes ao tempo em que promove a tomada de decisão de consciência, que resulta num processo democrático e integrador no contexto sócio-histórico da construção do seu Projeto Político Pedagógico – PPP.

Em síntese, as considerações até o momento apresentadas expressam a importância e a complexidade que a temática gestão escolar democrática e participativa possui. Noutros termos, tendo em vista as novas diretrizes da política educacional, evidencia-se a ética como um dos aspectos gerais norteadores para a prática pedagógica dos docentes.

Mediante o exposto, o problema que gera a investigação deste trabalho é evidenciado a partir da seguinte questão: como a gestão escolar e a ética podem ser um mecanismo para atuar numa perspectiva de organização da instituição, bem como priorizar a formação de profissionais para o exercício de uma prática pedagógica reflexiva e emancipatória? Com o objetivo de atender à perspectiva formulada e de oferecer resposta ao questionamento, obteve-se base para a elaboração da pesquisa, possibilitando as considerações finais.

As considerações formuladas a partir do desenvolvimento dos objetivos propostos, abaixo descritos, subsidiaram a resposta à questão mencionada no parágrafo central:

- a. Analisar a importância da ética no cotidiano escolar e sua contribuição para a prática pedagógica dos docentes.
- b. Identificar a gestão escolar como ponto de apoio ou de empecilho para o desenvolvimento de valores éticos na prática pedagógica dos docentes.

- c. Reconhecer como a gestão escolar e a ética de forma peculiar auxiliam na formação de homens e mulheres competentes e éticos.

O primeiro objetivo apresentado pautou-se nos encontros pedagógicos, nos planejamentos coletivos e individuais, nas conversas e informações com os docentes e na observação realizada no cotidiano escolar. Percebe-se que as relações estabelecidas ocorrem de maneira ética, segundo a qual gestores, professores, funcionários e pais trabalham em conjunto a fim de promover uma relação harmoniosa e de respeito que contribui para a aprendizagem do aluno e sua formação como cidadão crítico. Com isso, entende-se que a ética se materializa no cotidiano escolar por meio das diversas ações realizadas pelos docentes. Vale ressaltar que não há exclusivamente priorização dos conteúdos. Nesse aspecto, os professores estabelecem preceitos éticos que são inseridos a partir do momento em que se propõe colocar na prática pedagógica projetos sociopolíticos e educacionais que atendam aos interesses sociais e possibilitem o desenvolvimento de atitudes valorosas.

O segundo objetivo específico foi atingido nesta dissertação a partir de uma leitura dos documentos da escola, no caso específico o Projeto Político Pedagógico – PPP, e observações ao Planejamento Escolar. Mediante a leitura dos referidos documentos, foi possível compreender que a escola viabiliza, por meio da prática da gestão democrática e participativa, a discussão de questões éticas objetivando avaliar as práticas pedagógicas dos docentes. Com isso, articula-se a gestão democrática e participativa, uma vez que ela integra os diferentes segmentos da unidade de ensino numa política de ação voltada para a construção e a efetivação de um projeto de integração de todos os segmentos. Seguindo os princípios da gestão democrática e participativa, tendo em vista que o direito à educação de qualidade está previsto na Constituição Federal de 1988, é possibilitada a oferta de um ensino admirável para todos.

O terceiro objetivo específico apontado está inserido na proposta geral da pesquisa e reforça o segundo objetivo específico. Ambos tomaram por base as referências presentes na Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9394/96). Dessa maneira, foi possível compreender que o gestor escolar deve atender aos interesses gerais que norteiam a política educacional nacional. E, ainda, o profissional pode e deve contribuir para a prática dos princípios éticos no cotidiano escolar que administra, sendo que a partir do momento em que a gestão da escolar desenvolve um processo de humanização, ela possibilita a utilização do diálogo como mecanismo mediador de conflitos e permite que a escola desenvolva a consciência ética na prática pedagógica. Chega-se, portanto, à conclusão de que as atividades propostas na unidade de ensino pesquisada se legitimam em um interesse

maior, que constitui o contexto geral da política educacional brasileira: uma educação de qualidade, uma prática pedagógica voltada para a transmissão de conteúdos aliada à formação integral do educando.

As considerações apresentadas no parágrafo anterior demonstram a confirmação da hipótese de que a gestão escolar e a ética são fundamentais para a organização da instituição, ao tempo em que priorizam a formação de profissionais para o exercício de uma prática pedagógica reflexiva e emancipatória voltada para formação integral do aluno. Em contrapartida, percebe-se também a ausência dos pais no cotidiano escolar e o desinteresse de alguns professores na busca pela formação continuada, fatos estes que impossibilitam a formação integral do educando e permitem apenas o exercício de uma prática pedagógica voltada para transmissão e a assimilação de conhecimentos pelos educandos. No entanto, o que se espera é que num futuro próximo os professores e a família possam atuar em conjunto a fim de possibilitar o desenvolvimento integral da criança.

Em síntese, a CMEI Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Paz objetiva em todas as suas atividades sociais e pedagógicas a conquista de uma escola democrática e participativa, efetivando princípios éticos em todo o contexto escolar. A formação ética, os valores e as atitudes humanas objetivam compreender a cidadania como participação social e política, sendo esta das principais metas da unidade de ensino.

Existe, pois, uma relação muito próxima entre a ética e a educação. Sendo assim, as atividades de caráter ético propostas e realizadas pela unidade de ensino estão intimamente ligadas aos valores e às atitudes humanas. Da mesma maneira, as atividades educacionais se propõem a construir bases que estimulem o desenvolvimento afetivo, motor, social e cognitivo dos indivíduos. Foi possível perceber, através das observações simples e diretas, que as opiniões de professores, funcionários, alunos, pais e mães são levadas em consideração e analisadas dentro do PPP da escola, posteriormente evidenciadas através de uma gestão escolar democrática e participativa.

A articulação e execução de projetos educacionais por meio da prática pedagógica docente, assim como a valorização dos saberes dos alunos, tem motivado ações que estão interligadas aos princípios éticos e que favorecem o desenvolvimento da autonomia, atribuindo ao aluno a capacidade de se posicionar por meio do diálogo, esse fato legitima a ética e a moral no âmbito sociopolítico e cultural.

À vista disso, é evidente a perspectiva de que a pesquisa seja inserida numa proposta de estudo a ser articulada e desenvolvida num possível doutorado, no qual será possível lançar uma proposta de ação integrada entre a prática pedagógica e o fazer ético no cotidiano escolar

na educação infantil, numa perspectiva de subsidiar maiores e melhores condições para a efetivação de uma gestão escolar democrática e participativa como mecanismo para o desenvolvimento dos valores éticos na prática dos docentes.

Enfim, o desenvolvimento do estudo proposto foi atingido a partir do momento em que se articulou a base teórica com a questão prática, legitimada a começar da tomada de conhecimento dos documentos que configuram a política educacional (Constituição Federal de 1988 e LDB) e dos documentos da unidade de ensino pesquisada na dissertação. Vale ressaltar que não houve, em nenhum momento, a pretensão de encerrar o tema, o que seria inviável e certamente extinguiria o caráter dialético do estudo.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Maristela (Org.). **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas: Alínea, 2008.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico.**São Paulo: Atlas, 2004.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. In: **Os pensadores.** São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1998.

AZEVEDO, Fernando [et al.]. **A reconstrução educacional no Brasil.** Educação, Directoria Geral do Ensino de São Paulo, vol. VI, n. 1-3, jan./mar., 1932.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos: estudos e reflexões.** Belo horizonte: Editora UFMG, 2014.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana.** Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine; MICHELETTI, Guaraciaba. Teoria e prática da leitura. In: **Coletânea de textos didáticos.** Componente curricular Leitura e elaboração de textos. Curso de Pedagogia em Serviço. Campina Grande: UEPB, 2002.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Fundamental. **Ética e Cidadania no convívio escolar.** Brasília: MEC, 2001.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 8/2010.** Aprovado em 05 maio 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5368-pecb008-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** 3. ed. Brasília: MEC, 2001.

BUSS, Rosinete Bloemer Picklers. **Gestão Escolar.** Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSElvi) Indaial: Ed ASSElvi, 2008.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** São Paulo: Papyrus, 1991.

- CAPRA, Fritjof. **Sabedoria incomum**. São Paulo: Cultrix, 1993.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **A Arte da Política – A História que Vivi**. Civilização Brasileira, 2006.
- CARTOLANO, Maria. **Filósofa no ensino de 2º grau**. São Paulo: Cortez, 1985.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. (Coleção Sociologia)
- CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2002.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à organização e controle**. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.
- _____. **Teoria geral da administração**. São Paulo: McGraw-Hill, 1979. v. 2.
- CORTELLA, Mario Sergio. **Qual é a tua obra?: inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- COSTA, Messias. **A educação nas constituições do Brasil: dados e direções**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- DAVES, C.; GROSBAUM, M. W. Sucesso de todos, compromisso da escola. In: VIEIRA, S. L. (Org.). **Gestão da escola: Desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.
- DAVIS, C. **Psicologia da Educação**. 2. ed. Ver. São Paulo: Cortez, 1994.
- DEWEY, John. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação**. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1997.
- DUARTE, Sérgio Guerra. **Dicionário Brasileiro de Educação**. Rio de Janeiro: Antares/Nobel, 1986.
- FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral**. 9. ed. São Paulo, Atlas, 1981.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1993.
- FORMOSINHO, J. (Coord.). **Formação de professores: Aprendizagem profissional e acção docente**. Porto, Portugal: Ed. Porto, 2009.
- FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas: O Ratio Studiorum**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: UNESP, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2006.

INDOLFO, Ana Celeste et al. **Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. (Publicações Técnicas, 47)

KANT, Immanuel. **Doutrina do Direito**. Trad. Edson Bini. São Paulo: Ícone, 1993. (Fundamentos do Direito).

KUHN, Thomas. **A escola das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

LA TAILLE, Y. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, Emília Freitas. O curso de pedagogia e a nova LDB: vicissitudes e perspectivas. In: MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti; REALI, Aline Maria de M. Rodrigues. **Formação de Professores, Práticas Pedagógicas e Escola**. São Carlos: UFSCar, 2002.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: uma questão de paradigmática**, 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. Serie Caderno de Gestão.

_____. **Liderança em gestão escolar**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINEZ, M. J; LAHORE, C. Oliveira. **Planejamento escolar**. São Paulo: Saraiva, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1985.

MOSER, Giancarlo. **História da Educação**. 2 ed. Indaial: Uniasselvi, 2011.

NASCIMENTO, Juarez Vieira. Escala de auto-percepção de competência profissional em educação física e desportos. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 5-21, jan./jun., 1999.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**, FEA-USP, São Paulo, v. 1. n. 3. 2º sem., p. 1-5, 1996.

NÓVOA, Antônio. Diz-me como ensinas, dir-te-ei que é e vice-versa. In: FAZENDA, Ivani C. A. (Org). **A Pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento**. Campinas, Papirus, 1995. p. 16.

OLIVEIRA, Zilma M. R. **O currículo na educação infantil: o que propõem as novas Diretrizes Nacionais?** Belo Horizonte, 2010.

PHILLIPS, B.S. **Pesquisa Social**. Rio de Janeiro, Agir, 1974.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1994.

_____. **Seis estudos de psicologia**. Trad. Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sergio Lima Silva. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

PLYE, Pierre et al. Les methods mixtes. In: RIDDE, Valéry; DAGENAIS175 (Org.). **Aproches et pratiques en évaluation de programme**. Canada: Les presses de l'Université de Montréal, 2012.

PROJETO Político Pedagógico – PPP Escola Municipal Nossa Senhora da Paz, s/n p.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**. Campinas : Autores associados, 2001.

_____. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 12. ed. São Paulo: Cortez. 1992.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência**. 20. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. (Col. Questões da nossa época).

RODRIGUES, Maria Lucia; LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti (Orgs.). **Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas**. Brasília: Líber Livros Editora, 2006.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: Ibplex, 2007.

SANTOS, Ana Lúcia Félix. Gestão Democrática da Escola: Bases Epistemológicas, Políticas e Pedagógicas. **Anais da 29ª Reunião Anual da Anped**, Caxambu/MG, 2008. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT05-2114--Int.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

SILVA, João Carlos da. **História da Educação: o tema da escola pública no manifesto dos pioneiros da educação nova**. Artigo apresentado no VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil. 30 de junho a 03 de julho de 2009, UNICAMP, Campinas, 2009.

SOUSA, José Vieira de. **Os sujeitos sociais, éticos e políticos e suas relações sociais**. Curso de Pós-Graduação/Especialização Fundamentos Educacionais para a Formação de Recursos Humanos da Polícia Federal, Brasília - DF: FE/UnB, 1999. v. 4.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3 volumes. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

TANVRI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPED, n. 14, maio/jun./jul./ag., 2000.

TARDIF, M.; LESSARD, C.; LAHAYE, L. Esboço de uma problemática do saber docente. **Teoria & Educação**, v. 1, n. 4, p. 215-253, 1991.

TRIVIÑOS, A. N. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

VASQUEZ, A. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ZABALZA, M. Como educar em valores na escola. **Revista Pátio**, Porto Alegre, ano 4, n.13, jan./jul. 2000.